

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Cláudia Raquel Rodrigues Amorim

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Formação do Investigador Criminal:
Da exigência processual à permanente
capacitação de competências**

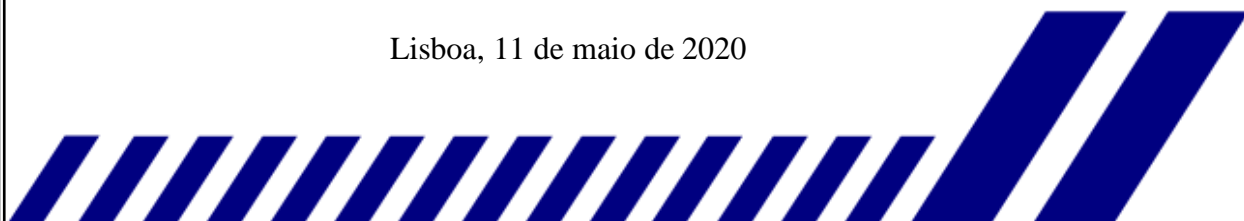
Orientador:

Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias

Coorientador:

Comissário, Mestre Lourenço Pimentel

Lisboa, 11 de maio de 2020





Cláudia Raquel Rodrigues Amorim

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Formação do Investigador Criminal:
Da exigência processual à permanente
capacitação de competências**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias e Comissário, Mestre Lourenço Pimentel.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXXII CFOP

Orientador: Superintendente, Prof. Doutor Luís Manuel André Elias

Coorientador: Comissário, Mestre António Lourenço Gomes Pimentel

Título: Formação do Investigador Criminal: Da exigência processual à permanente capacitação de competências

Autor: Cláudia Raquel Rodrigues Amorim

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: maio de 2020



Dedicatória

Ao primo RÚBEN, o meu anjo da guarda.

Agradecimentos

Uma longa caminhada inicia sempre com o primeiro passo. Depois de vários passos dados, eis que finda mais uma etapa deste percurso e é chegado o momento de agradecer a todos aqueles que me acompanharam ao longo da jornada e me possibilitaram chegar mais longe.

À Polícia de Segurança Pública pela oportunidade de formação.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, a todos os docentes, corpo de alunos e quadro orgânico, pelos cinco anos de aprendizagens, experiências e desafios que possibilitaram o meu desenvolvimento a nível profissional e pessoal.

Ao Senhor Superintendente Luís Elias pela orientação deste trabalho, por todo o apoio, disponibilidade e conhecimentos partilhados, obrigada por ter abraçado comigo este desafio.

Ao Senhor Comissário Lourenço Pimentel deixo um agradecimento especial por ter aceite este desafio e me ter acompanhado ao longo de toda esta etapa, por toda a colaboração, apoio, dedicação e partilha de conhecimento que enriqueceu em muito este trabalho.

Ao avô Ramiro e à avó Marcelina, por terem acreditado sempre em mim, pelo amor e afeto em todos os momentos. Obrigada por serem uma força da natureza e um exemplo a seguir.

Aos meus pais, o meu grande pilar. Obrigada por estarem sempre presentes em todas as minhas batalhas, por me apoiarem incondicionalmente, por todos os sacrifícios que fizeram e por fazerem de mim aquilo que sou. Sem vocês nada disto seria possível, a vocês devo tudo.

Aos meus irmãos, pela paciência, preocupação e coragem que sempre me deram. Obrigada por todos os sorrisos.

Ao Jaime pelo apoio, conselhos e paciência ao longo desta jornada. Obrigada pelos sorrisos e pela força nos momentos de maior fraqueza.

Às minhas amigas de sempre e para sempre, por tornarem todos os obstáculos mais pequenos, pelos gestos e palavras de coragem, pela disponibilidade que sempre demonstraram e, sobretudo, pela amizade. À Mariana, à Patrícia e à Letícia o meu especial agradecimento pela disponibilidade demonstrada.

Ao Sérgio e ao Pedro, pela amizade, por demonstrarem estar sempre disponíveis e por todas as palavras de encorajamento.

Ao Subcomissário Leandro Berenguer, um verdadeiro exemplo, enquanto Comandante, que levarei para a vida. Obrigada por todos os momentos de aprendizagem, pela disponibilidade e pelos conselhos que certamente farão de mim melhor profissional.

À 18ª Esquadra do COMETPOR pelos conhecimentos, convívio e experiências que me proporcionaram ao longo do estágio. Um agradecimento especial aos Agentes Principais Arlete Lima, Bruno Pereira, Luís Martins, Sérgio Fonseca e Sérgio Ribeiro pela disponibilidade. Continuem com a união e boa disposição, que tanto vos caracteriza!

Ao XXXII CFOP por todos os momentos vividos, por todas as dificuldades ultrapassadas juntos, pela camaradagem e companheirismo ao longo destes cinco anos.

À família dos *Octavus* por todo o convívio, que perdure para sempre o nosso espírito.

Aos investigadores criminais que responderam ao questionário e à Divisão de Investigação Criminal pela colaboração neste estudo, possibilitando a sua realização.

A todos, o meu sincero obrigada, sem vocês nada disto faria sentido.

Epígrafe

**“O querer e o trabalho transformam o
sonho em realidade”.**

(Colégio Didálvi)

Resumo

A atividade de investigação criminal implica que qualquer profissional desta área tenha de possuir um verdadeiro espírito técnico-científico, o qual pressupõe o domínio de conhecimentos e técnicas que são absolutamente indispensáveis à produção de resultados credíveis e fiáveis. Dada a especificidade desta atividade e as suas exigências processuais, os investigadores criminais não podem ficar imunes às alterações fruto da própria dinâmica social e, por isso, devem manter uma constante atualização de conhecimentos e competências. Desta forma, na Polícia de Segurança Pública, onde a formação se define como um processo ao longo do qual se adquire e/ou desenvolve competências, conhecimentos e atitudes, é imprescindível ministrar formação adequada às necessidades reais do investigador criminal, capacitando-o a dar uma resposta eficiente às diferentes solicitações que a nova criminalidade impõe. O objetivo geral do presente estudo passa por perceber se a Polícia de Segurança Pública disponibiliza formação adequada aos investigadores criminais para o correto desempenho de funções. Para que tal fosse exequível, foi aplicado um inquérito por questionário a todos os investigadores criminais das Esquadras de Investigação Criminal do Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa. Os resultados sugerem que grande parte dos investigadores criminais concordam na desadequação da formação às exigências da função, nomeadamente em aspetos como a utilidade, aplicabilidade e quantidade de formações.

Palavras-chave: exigência processual; formação; investigação criminal; nova criminalidade.

Abstract

Criminal investigation requires all professionals to have a truthful, technical and scientific attitude. This also implies mastering knowledge and technics that are essential to produce valid and reliable results. Given this activity's specificity and its processual demands, criminal researchers can't ignore alterations due to the social dynamic itself and have to constantly update their skills. Thus, Public Security Police formation is defined as a process where skills, knowledge and attitudes are continuously developed. It is necessary to provide criminal researchers the adequate formation, empowering them with the efficient responses to the different solicitations that new criminality imposes. This study's main goal was to understand if Public Security Police provides proper formation to criminal investigation professionals. To do so, a questionnaire was applied to all criminal researchers of Criminal Investigation Squads of the Metropolitan Command of Lisbon. Results suggest that a majority of investigators agree that formation is unsuitable to the function's demands, especially in aspects like utility, applicability and number of formations.

Keywords: procedural requirement; formation; criminal investigation; new criminality.

Résumé

L'activité d'enquête criminelle implique que tout professionnel dans ce domaine doive posséder un véritable esprit technico-scientifique, lequel suppose la maîtrise de connaissances et de techniques absolument indispensables à la production de résultats crédibles et fiables. Compte tenu de la spécificité de cette activité et de ses exigences procédurales, les enquêteurs criminels ne peuvent pas être à l'abri des modifications résultant de leur propre dynamique sociale, et par conséquent, ils doivent maintenir une mise à jour constante de leurs connaissances et compétences. De cette manière, dans la Police de Sécurité Publique, où la formation est définie comme un processus par lequel on acquiert et/ou on développe des compétences, des connaissances et des attitudes, il est essentiel de dispenser une formation adaptée aux besoins réels de l'enquêteur criminel, lui permettant d'apporter une réponse efficace aux différentes exigences que la criminalité nouvelle impose. L'objectif général de cette étude est de comprendre si la Police de Sécurité Publique offre une formation adéquate aux enquêteurs criminels pour la bonne exécution de leurs fonctions. Pour rendre cela possible, une enquête par questionnaire a été administrée à tous les enquêteurs criminels des Escadrons de L'Enquête Criminelle du Commando Metropolitain de la Police de Lisbonne. Les résultats suggèrent qu'une grande partie des enquêteurs criminels s'accordent sur l'inadéquation de la formation aux exigences de la fonction, notamment dans des aspects tels que l'utilité, l'applicabilité et la quantité de formations.

Mots-clés: exigence procédurale; formation; enquête criminelle; nouvelle criminalité.

Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos

AJ	Autoridade Judiciária
Art.º	Artigo
AP	Administração Pública
BAC	Brigada Anticrime
BIC	Brigada de Investigação Criminal
BPC	Brigada de Prevenção Criminal
CFA	Curso de Formação de Agentes
CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CIC	Curso de Investigação Criminal
CIME	Comissão Interministerial para o Emprego
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
DBF	Diretiva Base de Formação
DEPFORM	Departamento de Formação
(a)DIC	Divisão de Investigação Criminal
(o)DIC	Departamento de Investigação Criminal
DICCI	Divisão de Investigação Criminal e Cooperação Internacional
DL	Decreto-Lei
DN/PSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DPTCF	Divisão de Polícia Técnica e Ciência Forense
EA	Equipa de Apoio
EIC	Esquadra de Investigação Criminal

EPP	Escola Prática de Polícia
EUROPOL	Serviço Europeu de Polícia
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Investigação Criminal
ILO	<i>International Labour Organization</i>
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
ISPJCC	Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais
JIC	Juiz de Instrução Criminal
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LSI	Lei de Segurança Interna
MP	Ministério Público
n.º	número
NEP	Norma de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão(s) de Polícia Criminal
PGR	Procuradoria Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SSI	Sistema de Segurança Interna
ULIC	Unidade Local de Informações Criminais

Índice de figuras

Figura 1- Evolução do n.º de formandos do Curso de Investigação Criminal.	33
Figura 2- Média da variável percepção da formação em relação ao tempo a desempenhar funções na IC.	54
Figura 3 - Estatísticas descritivas das variáveis número de formações e matérias lecionadas.	57

Índice de tabelas

Tabela 1 - Amostra estratificada por carreira de Oficial, Chefe e Agente.	40
Tabela 2 - Estatísticas descritivas da variável classificação face à exigência processual.	47
Tabela 3 - Frequência (%) de respostas ao item classificação face à exigência processual.	47
Tabela 4 - Valores de Qui-quadrado entre a variável idade e o fator percepção global. ..	48
Tabela 5 - Valores de Qui-quadrado entre a variável habilitações literárias e o fator percepção global.	49
Tabela 6 - Estatísticas descritivas da variável habilitações literárias.	49
Tabela 7 - Valores de Qui-quadrado entre a variável categoria policial e o fator percepção global.	50
Tabela 8 - Estatísticas descritivas da variável categoria policial.	50
Tabela 9 - Estatísticas descritivas da variável utilidade.	51
Tabela 10 - Estatísticas descritivas da variável aplicação de conhecimentos.	51
Tabela 11 - Valores ANOVA para a variável utilidade.	52
Tabela 12 - Valores ANOVA para a variável aplicação de conhecimentos.	52
Tabela 13 - Valores de Qui-quadrado entre a variável tempo a desempenhar funções na IC e o fator percepção global.	52
Tabela 14 - Estatística descritiva da variável tempo a desempenhar funções na IC.	53
Tabela 15 - Valores de Qui-quadrado entre a variável EIC e o fator percepção.	54
Tabela 16 - Valores de Qui-quadrado entre a variável EIC e o fator utilidade.	55
Tabela 17 - Estatística descritiva da variável importância da formação.	56
Tabela 18 - Estatística descritiva das variáveis número de formações e matérias lecionadas.	56
Tabela 19 - Valores obtidos na correlação entre a variável tempo a desempenhar funções na IC e o fator soma das necessidades.	58
Tabela 20 - Valores de Qui-quadrado entre a variável aplicabilidade e o fator categoria policial.	59
Tabela 21 - Valores de Qui-quadrado entre a variável utilidade e o fator categoria policial.	59

Tabela 22 - Estatísticas descritivas dos fatores estado civil, habilitações literárias e categoria policial.....	86
Tabela 23 - Estatísticas descritivas dos fatores tempo na PSP, tempo na IC, EIC e função.	86
Tabela 24 - Estatísticas descritivas dos fatores frequência, quantidade, iniciativa, utilidade e aplicação.	87
Tabela 25 - Estatísticas descritivas dos fatores interesse, objetivo, importância, áreas e adequabilidade.	87
Tabela 26 - Estatísticas descritivas dos fatores quantidade, classificação, avaliação, autoformação e somatório.	88
Tabela 27 - Caracterização Sociodemográfica e Policial da amostra (n=239).....	89
Tabela 28 - Somatório da percepção global da formação	91
Tabela 29 – Resultados obtidos em relação às ações de formação.....	92
Tabela 30 – Resultados obtidos em relação às necessidades de formação.	95
Tabela 31 - Dados estatísticos da variável total de necessidades.	97

Índice de equações

Equação 1- Cálculo da dimensão da amostra para uma população finita.	39
---	----

Índice

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
EPIÍGRAFE	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
RÉSUMÉ.....	VII
LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
ÍNDICE DE TABELAS	XI
ÍNDICE DE EQUAÇÕES.....	XIII
ÍNDICE	XIV
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	4
1. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	4
1.1. CONCEITO FORMAL/ NORMATIVO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	4
1.2. CONCEITO MATERIAL DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	6
2. ESTRUTURA DO SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA PSP	7
2.1. ESQUADRA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	9
3. ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	10
3.1. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	13
3.2. LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	14
CAPÍTULO II – DILIGÊNCIAS PROCESSUAIS NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	16
1. A CONDUÇÃO DAS DILIGÊNCIAS PROCESSUAIS E A COMPLEXIDADE DO MÉTODO DE INVESTIGAR	16
2. O MÉTODO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	17
3. DAS EXIGÊNCIAS PROCESSUAIS	18
4. MÉTODOS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	21
5. COMPLEXIDADE VERSUS EXIGÊNCIA DO CONHECIMENTO	24

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO.....	26
1. A FORMAÇÃO	26
1.1. FORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES	26
1.2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	27
2. A FORMAÇÃO NA PSP	29
2.1. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO NA PSP.....	29
2.2. ESTRUTURA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PSP: FORMAÇÃO INICIAL, CONTÍNUA E DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	30
3. A FORMAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	32
4. CAPACIDADE FORMATIVA <i>ON THE JOB</i> E PARCERIAS FORMATIVAS INTERINSTITUCIONAIS.....	34
 CAPÍTULO IV - MÉTODO	 36
1. ENQUADRAMENTO	36
2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	36
3. HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO	37
4. O ESTUDO QUANTITATIVO	37
5. AMOSTRA	38
6. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	40
7. PROCEDIMENTOS.....	41
8. INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	42
 CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	 43
1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	43
2. AÇÕES DE FORMAÇÃO	44
3. ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS.....	46
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
 CONCLUSÃO	 62
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES	76
APÊNDICE A - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	76
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO	77

APÊNDICE C – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	86
APÊNDICE D – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E POLICIAL DA AMOSTRA.....	89
APÊNDICE E – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA VARIÁVEL PERCEÇÃO GLOBAL DA FORMAÇÃO.....	91
APÊNDICE F – AÇÕES DE FORMAÇÃO	92
APÊNDICE G – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA VARIÁVEL SOMATÓRIO DAS NECESSIDADES.....	95

INTRODUÇÃO

As múltiplas idiossincrasias que caracterizam a sociedade atual, exigem do profissional da PSP um conjunto de elementos tais como, “uma atualização constante e contínua, flexibilidade, domínio completo dos novos conhecimentos, assim como a capacidade de os aplicar de forma adequada e eficiente; criatividade, inovação e capacidade de decisão na resolução dos problemas” (Ferreira, 2014, p. 40).

A globalização e o acesso a novas tecnologias permitiram a construção de metodologias criminais mais sofisticadas, revelando o crime em diversas modalidades, que exigem uma atuação policial cada vez mais especializada. Nunes (2010) afirma que “crime e globalização se associam, de forma a que o primeiro acabe por revelar novas modalidades, desenhando, também, novas configurações para os velhos crimes” (p. 404), servindo-se da abertura motivada pelo fenómeno da globalização e pelas novas tecnologias de informação. A criminalidade modifica diariamente, apresentando novas configurações e abarcando igualmente os crimes já há muito existentes, através de estratégias mais eficazes e inovadoras, suportadas pelo fenómeno da globalização. Desta forma pode referir-se a existência do “crime emergente da globalização e o fenómeno da globalização de certos crimes” (Nunes, 2010, p. 404).

A segurança é um conceito de banda larga (Elias, 2011, p. 27). A indefinição que gira em torno da “nova criminalidade” constitui um dos principais entraves a uma investigação eficaz do crime, juntamente com todas as especificidades que o caracterizam (Grilo, 2012). A aquisição de conhecimentos, competências e capacidades que permitam definir, analisar e resolver problemas, define-se de extrema relevância na melhoria da resposta a estas novas exigências, impondo-se, assim, compreender que a formação é um dos meios de resposta eficaz à necessidade de atualização permanente do ser humano (Moreira, 2011).

Fernandes (2001) revela que a PSP tem a “obrigação de estabelecer necessárias relações com o progresso das sociedades democráticas, porque deve contribuir de forma ordenada, metódica e sistemática para o equilíbrio entre as duas necessidades sociais humanas: a necessidade de mudança e a necessidade de estabilidade” (p. 24). Destarte, decorre a ideia de que é fundamental que a PSP consiga corresponder às exigências da população, propósito que só é atingível se os seus recursos humanos forem o resultado de

adequados processos de formação que lhes proporcionem mecanismos de antecipação de problemas (Moreira, 2011).

Na impossibilidade destes profissionais anteciparem comportamentos delituosos, e esses recaírem sobre a violação de uma norma penal, é necessário intervir para investigar a existência de eventuais crimes, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, isto porque “muitos factos só são compreendidos após uma investigação humana, acompanhada de meios e técnicas, que transformam a investigação num motor de arranque de qualquer resolução” (Valente, 2000, p. 2). Desta senda, referimo-nos à importância que a IC assume enquanto atividade que visa descobrir, recolher, examinar e interpretar as provas reais, bem como localizar e apresentar as provas pessoais, que conduzam ao esclarecimento da verdade material dos factos que consubstanciam a prática de um crime (Gonçalves, 2016).

Acreditamos que a formação, no âmbito da IC, não deve ser entendida como uma realidade estática, devendo ser dotada das mesmas componentes dinâmicas que caracterizam a própria sociedade, não podendo ser realizada sem critérios definidos cautelosamente. Para tal, é necessário que os planos de formação assumam uma certa temporalidade e que sejam reajustados em função dos avanços científicos e tecnológicos, das alterações legislativas e da evolução da criminalidade (Fernandes, 2001).

Face a um quadro tão complexo de intervenção, mas também às novas áreas de criminalidade, surge a necessidade de compreender de que modo se mantêm constantemente atualizados aqueles que diariamente combatem estes fenómenos criminais, com contornos que se modificam rapidamente. Neste sentido, a presente dissertação tem como objeto de estudo a formação ministrada aos investigadores criminais, em concreto aos investigadores criminais afetos ao COMETLIS.

Impõe-se, assim, a necessidade de se proceder a uma análise sobre a formação ministrada ao investigador criminal, verificando, nomeadamente, a perceção destes sobre a formação profissional oferecida pela PSP, bem como a identificação de necessidades na formação. Para tal, recorreu-se a aplicação de inquéritos por questionário a todos os investigadores criminais das EIC do COMETLIS.

No primeiro capítulo deste trabalho abordamos conceitos que nos auxiliam no enquadramento do estudo realizado, entre eles, o conceito de investigação criminal. Relativamente a este assunto, importa entender, para além do conceito, a forma como se encontra estruturada a IC na PSP e a sua organização no âmbito do CPP e da LOIC, com

o objetivo de perceber se a organização e a estrutura são adequadas ao real desenvolvimento das investigações.

No capítulo II, como não poderia deixar de ser, e porque é parte integrante do nosso estudo, fizemos referência ao método utilizado na IC e às exigências processuais vertidas no CPP. É de todo pertinente abordar, igualmente, os métodos especiais de IC, enquanto instrumentos de suporte às ações de investigação, que se manifestam cada vez mais complexas, opacas e de difícil resolução.

No terceiro capítulo, abordamos a formação, cuja pertinência se prende em entender este conceito no seio das organizações, em especial na PSP, bem como a análise das políticas e práticas adotadas nesta instituição. Ainda nesta extensão, procedeu-se à análise dos planos de formação no âmbito da IC.

No IV capítulo expôs-se o método utilizado para responder ao problema de investigação. Neste capítulo são apresentados os objetivos e hipóteses do nosso estudo, bem como é feita referência ao estudo quantitativo. O capítulo em referência apresenta, igualmente, o cálculo da amostra em estudo, os instrumentos de recolha de dados e ainda os procedimentos e instrumentos de análise de dados.

No capítulo V, são apresentados os dados recolhidos, procedendo-se à sua análise, comparação e discussão face ao enquadramento teórico do estudo em relevo. Neste capítulo é desenvolvida uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos na fase prática no nosso estudo.

No último momento do presente trabalho, são expostas as conclusões conseguidas, bem como sugestões para futuros trabalhos com o mesmo objeto de estudo que o nosso, e ainda, as limitações com que fomos confrontados no desenrolar deste trabalho.

CAPÍTULO I – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

1. A Investigação Criminal

Conforme o estipulado nos artigos 1.º e 3.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (LSI), a política de segurança interna compreende o “conjunto de princípios, objetivos, prioridades, orientações e medidas” conducentes à prossecução dos fins definidos pela própria lei: “garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas; proteger pessoas e bens; prevenir e reprimir a criminalidade para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas; e o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos”. Para tal, a atividade de segurança interna desenvolve-se em cinco domínios distintos, mas que se complementam: prevenção criminal, ordem pública, informações, investigação criminal e cooperação internacional (Elias, 2018).

A investigação criminal surge como o subsistema mais complexo e fragmentado do nosso modelo de segurança interna (Silva, 2005). Conforme defende Valente (2006), a investigação criminal deve apresentar-se como instrumento organizado e adequado ao aprofundamento dos valores do homem em liberdade e na relação com o outro. Desta senda, este subsistema deve ir para além da prevenção criminal *stricto sensu*, sendo “capaz de descobrir mais que o tradicional cálculo do quê, de quem, do onde, do quando” (Valente, 2006, pp. 9-10). Tal como afirma Clemente (1998), a investigação criminal pode funcionar como trave mestra da segurança garantindo o progresso constante, pacífico e harmonioso da sociedade.

Na opinião de Flores (2015), a atividade de investigação criminal apresenta uma dimensão e natureza bem mais complexa do que aparenta, comparando-a a um caminho do qual se conhece a partida, “mas que se bifurca em muitas direções, algumas que vão dar ao ponto de chegada, outras que jamais chegarão a qualquer sítio. Sabe-se como começa. Nunca se sabe como acaba” (p. 4). Face a esta conjuntura, importa refletir sobre a definição de investigação criminal, atendendo aos seus elementos formais e materiais.

1.1. Conceito formal/ normativo de investigação criminal

A Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, resultante da profícua discussão dos moldes, modelos e coordenação das polícias no campo da investigação criminal, aprovou a organização da investigação criminal (Valente, 2006). Alterada pela Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, no seu artigo 1.º define a atividade de IC como o “conjunto de diligências

que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”.

Se tivermos em conta a definição de inquérito, apresentada no artigo 262.º, n.º 1 do CPP, como sendo o “conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher provas, em ordem à decisão sobre a acusação”, facilmente percebemos as semelhanças entre as duas definições. Assim sendo, entendemos, à semelhança de Braz (2020), que a investigação criminal é “parte integrante de um sistema normativo (o direito processual penal) que define e condiciona o objeto, os objetivos e os limites da sua atuação” (p. 20). É, portanto, uma atividade de natureza judiciária que atua dentro do sistema de justiça, tendo por base um processo judicial concreto, ou que visa de forma direta a sua instauração, e que tem, como fim último, a criação de condições para a realização da justiça criminal. Da leitura do articulado da LOIC ressalta ainda a ideia de que é fundamental estabelecer um nexó relacional demonstrável entre a conduta e o autor, constituindo-se este como um dos objetivos da IC, juntamente com a averiguação da existência de um crime e a descoberta dos seus agentes e da sua responsabilidade (Braz, 2020).

O objeto da investigação criminal recai sobre factos, sejam ações ou omissões, e sobre o comportamento humano que lhes deu origem, isto é, sobre a materialidade e a autoria do ilícito criminal (Braz, 2020). Soares (2014) defende que o “inquérito é investigação criminal “em ordem à decisão sobre a acusação”; sendo a investigação criminal realizada no âmbito de todo o processo, com primazia na fase de inquérito” (p. 55).

Ora, como explica Valente (2006), o conceito de IC deve ser mais abrangente, não se restringindo apenas ao preceituado no artigo 1.º da LOIC, pois a IC engloba o “processo de procura de indícios e de vestígios que indiquem e expliquem e nos façam compreender quem, como, quando, onde e porquê foi/é cometido o crime X” (p. 56). O mesmo autor defende ainda que esta oscilação entre a prova conseguida e contraprova aceite deve ser padronizada e disciplinada conforme as regras jurídicas que controlam aqueles que trabalham para a sua produção. Na opinião de Silva (2000) a investigação realizada no inquérito deve ser mais inclusiva, sendo capaz de permitir uma decisão “sobre o pedido de indemnização civil e para fundamentar a aplicação de medidas de coação e de garantia patrimonial” (pp. 74-75).

A IC funciona então como o motor de todo o processo, tentando convencer de que “o crime Y existiu, decorreu no local W, na hora X, com o uso dos objetos KK, cujo(s) autor(es) é/são ZZ, pelas razões RR” (Valente, 2006, p. 58).

1.2. Conceito material de investigação criminal

De acordo com Braz (2020), a norma jurídica que caracteriza o conceito de IC, não define de um ponto de vista metodológico, material e epistemológico aquilo a que a lei chama de conjunto de diligências, “sendo certo que para além da sua originária vinculação normativa, ele [o conjunto de diligências] encerra um vastíssimo e complexo conjunto de realidades que importa analisar e caracterizar no plano técnico-material” (p. 20).

Do ponto de vista metodológico, Mannheim (1984) define a IC como um processo padronizado e sistemático destinado a atingir o conhecimento. Respeitante aos termos materiais, a IC constitui uma área do conhecimento especializado, possuindo como objeto de análise o crime e o criminoso e, como objetivo, a descoberta e reconstituição da verdade material de factos com relevo penal e a demonstração da sua autoria (Braz, 2020).

Antunes (1985) delimita a IC como a pesquisa organizada do respetivo objeto, com recurso a meios técnicos e científicos. O mesmo autor considera que são três as principais ferramentas da investigação criminal: a informação, a interrogação e a instrumentação. Seguindo a mesma linha de pensamento, Braz (2020) defende que a IC se desenvolve em duas estratégias ou universos de ação distintos: “Dois sentidos de atuação concomitantes, que avançam, num quadro de permanente interatividade e integração”, sendo eles a interrogação e a instrumentação (p. 22). A interrogação enquanto conjunto de procedimentos tendentes à obtenção da prova pessoal e a instrumentação enquanto condutas conducentes à obtenção da prova material.

A investigação criminal deve então preocupar-se com o encontro de provas e de contraprovas, “funções adjuvantes na reformulação de hipóteses e na preparação de novos passos necessários à prossecução deste infindável processo de reajustamento entre a teoria e a hipótese e o caso concreto” (Valente, 2012, p. 371). É através da investigação que se procuram descobrir prenúncios que levem a uma melhor compreensão e valoração dos factos observados.

Na verdade, o principal objetivo da investigação criminal é obter resposta a diversas questões, possibilitando a correta e oportuna aplicação da justiça, mediante ações

de recolha de prova e a atuação na prevenção da criminalidade através de investigações proativas (Silva, 2005). Não obstante, a investigação criminal deve igualmente recolher, examinar e interpretar as provas que corroborem a tese da inocência de A ou B, sendo considerada uma investigação criminal leal e democrática, tal como defende Gonçalves (2010). A investigação dos factos que constituem o crime é essencial, mas a investigação sobre a personalidade do seu autor não deve ser descurada, sendo necessária para entender a motivação do crime e para classificar responsabilidades (Silva, 2000).

Nesta senda, a IC visa explicar e demonstrar um determinado crime ou um conjunto de crimes, permitindo a realização da justiça, e não a formulação de causas que expliquem a criminalidade em geral ou de certas categorias de crimes. Constitui-se, assim, como uma “atividade instrumental, diretamente auxiliar de administração da justiça penal, cujo desenvolvimento ocorre necessariamente no âmbito e nos limites de um processo criminal concreto” (Braz, 2020, p. 21).

2. Estrutura do Sistema de Investigação Criminal na PSP

A estrutura da IC na PSP resulta de uma adaptação à LOPSP, Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. Ao nível da estrutura nuclear da DN/PSP destaca-se o Departamento de Investigação Criminal, que tem como atribuição geral a coordenação das vertentes processual e operacional da PSP em matéria de IC. Através do DIC é possível identificar os pontos de contacto entre investigações que estejam a ser desenvolvidas em diferentes pontos do país possibilitando, deste modo, melhorar a partilha de informação e, consequentemente, melhorar a gestão de recursos (Ochoa, 2010). Conforme orientação do artigo 1.º, n.º 1 e) do Despacho n.º 6158/2017, de 13 de julho, o DIC compreende, na sua estrutura, a DICCI e a DPTCF.

À DICCI compete, nos termos do artigo 6.º da Portaria 383/2008, de 29 de maio, coordenar e gerir o fluxo de informações criminais e conexas no âmbito da cooperação internacional, apoiar operacional e tecnicamente as unidades e subunidades de polícia no âmbito da utilização de meios especiais de investigação criminal e apoiar a prevenção, a deteção e a investigação de crimes relacionados com a utilização de meios informáticos.

A DPTCF tem como função, conforme estabelecido no artigo 6.º da Portaria 383/2008, de 29 de maio, propor a doutrina e definir as normas técnicas relativas à atividade de IC, estabelecer os mecanismos de coordenação interna em matéria de polícia técnica e ciência forense e contribuir para a formação do investigador criminal.

Ao nível dos Comandos Metropolitanos de Polícia de Lisboa e do Porto existe uma DIC, em cada um dos Comandos, que “comanda toda a atividade de IC desenvolvida pela PSP na área abrangida por esses comandos” (Ochoa, 2010, p. 29). A DIC tem como missão primordial o desempenho de funções específicas, em áreas da competência policial, consideradas sensíveis e que requerem um grau de especialização elevado. Conforme o Despacho 20/GDN/2009 da PSP, integram a DIC, a Unidade de Pesquisa de Notícias, a Unidade de Polícia Técnica, a Unidade Metropolitana de Informações Criminais, que engloba a Secção de Análise de Informações Criminais, a Brigada de Serviço Permanente, a Secção de Sistemas de Informação e Comunicação, a Secção de Apoio Geral, a Secção de Formação, a Secção de Registo e Gestão de Expediente e a Secção de Escalas.

Nos Comandos Regionais e Distritais de Polícia encontramos o NIC, que coordena, gere e assegura o funcionamento de toda a atividade de IC nas respetivas áreas. Fazem parte destes núcleos a Secção de Coordenação de Investigação Criminal, a Secção de Análise de Informações Criminais, a Secção de Apoio Operacional, a Secção de Polícia Técnica e a Secção de Estudos e Gestão de Recursos.

Relativamente às Esquadras de competência territorial destacadas existe “um corpo dotado para realizar atos de IC”, denominado de Brigadas de Investigação Criminal (Ochoa, 2010, p. 30). Estas brigadas são constituídas, segundo o Despacho 20/GDN/2009 da PSP por Equipas de Investigação Criminal e uma Equipa de Apoio.

No que concerne às Esquadras de Investigação Criminal, estas consideram-se de competência específica por ter como fundamento o desempenho de funções direcionadas para uma área em específico. À semelhança do que acontece com as Divisões Policiais de Investigação Criminal, as EIC atuam em áreas de competência policial consideradas sensíveis e que requerem um elevado grau de especialização, embora numa área mais reduzida. As EIC procedem “à instrução de inquéritos criminais, realizam atos solicitados pelas autoridades judiciais e por outras entidades competentes” (Ochoa, 2010, p. 30). Na sua estrutura contemplam serviços como a BIC, a Brigada de Prevenção Criminal, a Unidade Local de Informações Criminais e a Equipa de Apoio.

As EIC merecem uma atenção redobrada, uma vez que constituem o universo do nosso estudo, para aplicação do inquérito por questionário. Por esta razão, entendemos aprofundar a nossa análise sobre estas Esquadras, com a intenção de perceber a complexidade da sua missão, bem como se desenrolam as atividades nas EIC.

2.1. Esquadra de Investigação Criminal

Conforme o estipulado no Anexo 7.2 do Despacho 20/GDN/2009 da PSP, a EIC é composta por uma BIC que, por sua vez, é formada por Equipas de Investigação Criminal, uma BPC, uma ULIC e uma EA.

A BIC é uma “Brigada operacional, organizada por equipas, preferencialmente vocacionada para a prevenção, repressão e investigação da criminalidade que mais diretamente afeta o sentimento de segurança das populações”¹. A missão que lhe compete, nos termos do Despacho 20/GDN/2009 da PSP, é a investigação de crimes denunciados, incluindo os crimes relacionados com o tráfico de estupefacientes, bem como o reforço da vigilância nas áreas de maior risco, nomeadamente, em zonas escolares, comerciais e de serviços, parques de estacionamento, gares e diferentes áreas de maior concentração e movimentação de pessoas. Compete ainda à BIC manter “um permanente esforço de pesquisa de informações com vista à obtenção de notícias que favoreçam o desenvolvimento da sua atividade”² e a instrução de inquéritos, quando delegados pelo MP.

Relativamente à BPC, esta é organizada por equipas e constituída enquanto força com disponibilidade imediata de reação. Por este motivo, não devem ser atribuídos inquéritos para investigação a estas brigadas. A sua missão passa por apoiar o restante dispositivo policial, enquanto força de reação, promover a execução de diligências processuais de maior visibilidade, nomeadamente mandados judiciais de captura, de detenção ou de condução ou de condução sob detenção. Compete-lhe ainda garantir a resposta imediata a qualquer foco de criminalidade que, pela sua natureza e gravidade, exija uma intervenção urgente.

A ULIC constitui-se enquanto principal *back-office* da atividade de IC, não sendo por isso, uma equipa que atua diretamente no terreno. A ULIC tem como principais tarefas o estudo e a análise da evolução das tendências e padrões da criminalidade, na sua área de responsabilidade e, atendendo aos resultados, a proposta de estratégias de prevenção e combate a tais fenómenos.

Resta ainda elencar a missão da EA, que passa por “registar, centralizar e compilar todos os elementos de informação relativos à prática de crimes na sua área de atuação”³. A EA constitui-se também como reserva operacional da Esquadra e mantém a

¹Anexo 7.2 do Despacho 20/GDN/2009, p. 3.

² Idem

³ Idem.

operacionalidade dos meios técnicos da mesma. Cabe ainda nas suas competências a difusão, coordenação e implementação das instruções e diretivas emanadas pelos serviços de ação social e ainda a coadjuvação na formação contínua do efetivo da EIC.

3. Organização da Investigação Criminal

A IC esteve sempre presente, ainda que por vezes de forma indireta, na atividade desenvolvida pela PSP (Amaral, 2010). Apesar de tal, é com a redação do artigo 57.º do DL n.º 15/93, de 22 de janeiro, através da publicação do DL n.º 81/95, de 22 de abril, que se promove, oficialmente, a sua génese na PSP. O surgimento de diplomas que disciplinassem a IC e que criassem uma estrutura pensada e vocacionada, especificamente, para a gestão desta atividade foi, tal como defende Amaral (2010), “um passo natural, numa evolução que se adivinhava incontornável, tendo em conta a génese da PSP e o contexto em que actua” (p. 25).

No ano de 1966, o Tenente-Coronel Pedro de Barcelos publicou um artigo denominado “Seleção de Investigadores com vista às Secções de Justiça dos Comandos Distritais da PSP”, onde percebemos a existência de uma estrutura de IC já instalada na PSP. Nesse artigo o autor indica as dez características essenciais de que um bom investigador deve ser possuidor:

memória excepcional; paciência, preocupação dos detalhes; conhecimentos práticos de psicologia; coragem moral e física; conhecimentos das cidades e hábitos locais; perfeito conhecimento das leis; ser bom actor; capacidade de análise rápida; conhecimento de práticas criminosas e por último, conhecimento de línguas estrangeiras (Amaral, 2010, p. 25).

Até 1995 existiam diversas denominações como Brigadas à Civil, Brigadas de Fiscalização, Secções e Brigadas de Justiça ou Pelotões de Segurança, para as brigadas que, de forma mais ou menos discricionária, praticavam funções de IC na PSP. Os polícias que a integravam estas brigadas não gozavam, conforme explica Mendes (2005), de formação adequada para desempenharem funções de investigadores e o seu recrutamento não se encontrava regulamentado. Amaral (2010) defende que a atividade de IC nesta altura tinha dois fundamentos: por um lado, visava a prevenção, “que não era possível atingir através do policiamento “fardado”” (pp. 25-26) e, por outro lado, garantia o cumprimento do dever de colaboração da PSP com o MP.

A Circular n.º 8/87 da PGR, veio referir no articulado n.º 2 do seu Ponto II que o MP pode delegar nos OPC a competência para a investigação, quando os funcionários privativos do MP não a possam realizar diretamente. Para dar resposta a tal, foram criadas no COMETLIS as Secções de Investigação Criminal, “cuja função primordial era a de assegurar as diligências necessárias ao desenrolar dos inquéritos delegados na PSP” (Amaral, 2010, p. 26).

Neto (1999) refere que para a PSP apenas se encontrava deferida a investigação criminal dos crimes que “não tenham significado criminal e sejam “empecilho processual” para todo o aparelho judicial, (...) a realidade dos serviços de investigação criminal é de mero colaborador de todo o aparelho judiciário do Estado” (pp. 27-28). O tempo permitiu que a PSP demonstrasse que sabia aliar a função de auxílio ao MP à “necessidade de tornar a IC que praticava, essencialmente burocrática e sem grandes resultados preventivos, numa IC mais eficaz” (Amaral, 2010, p. 26).

Em 1995, o DL n.º 81/95, de 22 de abril veio delegar algumas competências de investigação na PSP e na GNR, forças de segurança com as quais o MP já contava para a execução de determinadas diligências processuais (Onofre, 2009). Desta forma, concluímos, à semelhança de Valente (2006) que, aquando da aprovação deste DL o legislador já tinha a noção do “trabalho de campo desenvolvido pela GNR e PSP” (p. 40). Com este diploma atribuiu-se, de forma direta, à PSP, credibilidade investigatória no combate ao consumo e ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e, por este motivo foram criadas as BAC. Para Valente (2006), apesar das modificações implementadas pelo DL n.º 81/95, de 22 de abril, o “vazio legal” aparentemente existente não foi solucionado. Este vazio verificava-se, na medida em que, apenas se atribuíam competências relativamente a determinados crimes associados ao tráfico de droga, não se referindo os restantes crimes presentes no CP e em legislação avulsa.

Em 1999, surgem as BIC, como consequência da Circular n.º 9/99, de 15 de julho, que delegava na PSP e na GNR competências no âmbito de investigações nas comarcas de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro, para crimes “cuja pena de prisão não excedesse 3 anos ou que compreendessem pena não privativa da liberdade” (Amaral, 2010, pp. 27-28). Este facto originou que nesse mesmo ano, 46,36% dos inquéritos registados fossem distribuídos à PSP e 33,9% à GNR, perfazendo um total de 80,26% do total de inquéritos (Amaral, 2010). Devido ao elevado volume de processos investigados pela PSP e pela GNR e à necessidade de disciplinar, coordenar e articular a atividade de IC, surgiu em 2000 a LOIC.

Com a aprovação da LOIC, pela Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, definiram-se as atribuições e as competências dos diferentes OPC, admitindo a PSP um verdadeiro estatuto de polícia de investigação criminal (Torres, 2006). Este diploma consagrou a autonomia técnica e tática das polícias, salvaguardou a possibilidade de ser concedida à PSP a investigação de crimes mais complexos, edificou o dever de cooperação entre os diferentes OPC e apostou em mecanismos de coordenação da atividade destes. A LOIC veio demonstrar, no plano legislativo, o papel importante da PSP na investigação de crimes, nos anos que a antecederam. De referir ainda como embrião da IC na PSP, o surgimento da NEP OPSEG/DEPOP/04/02 da DN/PSP no ano de 2000, que vem uniformizar normas, procedimentos de organização, funcionamento e coordenação das BAC, BIC e das Secções de Investigação Criminal.

Volvidos oito anos, através da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, é aprovada a nova LOIC, com alterações significativas que representam uma “certa evolução para a área da IC” (Gomes, 2018, p. 22). Este diploma surge devido a profundas alterações no SSI e da necessidade de adaptar a IC a estas reformas, mas sobretudo pela experiência acumulada durante oito anos e à natural evolução da criminalidade.

Não se pode, igualmente, deixar de realçar a Lei de Política Criminal, enquanto marco de evolução da IC, cuja finalidade é orientar a investigação de crimes, acompanhando, para tal, a própria dinâmica criminal. Uma lei com um período de vigência de dois anos e que tem como objetivo essencial emanar orientações para um melhor combate à criminalidade, tendo em consideração os fenómenos criminais multiformes, complexos e opacos, que exigem um renovado quadro de atuação.

No constante esforço de modernização e adaptação à mudança social preconizada pelos diplomas legais, a IC na PSP foi evoluindo, desde o marcado impacto na legislação do combate ao tráfico de drogas, até à atual IC que assume a relevância de um departamento a nível nacional e núcleos e esquadras dedicados a esta valência. Com efeito, o dinamismo, inovação e criatividade que caracterizam o fenómeno criminal, impuseram uma necessária adaptação e aperfeiçoamento da investigação criminal que sempre fez parte da atividade da PSP. A IC de hoje necessita da existência de estruturas organizacionais altamente especializadas, com níveis de eficácia e de capacidade de resposta elevados, dotadas de meios adequados, capazes de responder funcionalmente aos novos desafios criminais.

Estamos perante novas e pulsantes metodologias criminais e uma nova realidade que exige uma abordagem diferente, não só no domínio jurídico processual, mas também

no domínio técnico material da investigação criminal. Desta forma, seria impensável imaginar uma postura indiferente face a novas e inquietantes ameaças.

3.1. Código de Processo Penal

A atividade de IC encerra em si relações entre diferentes entidades, tais como o MP e os diversos OPC. Atendendo à letra do CPP, no seu artigo 1.º, b) o MP é uma autoridade judiciária que desenvolve atos processuais correspondentes às suas competências e os OPC são “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código” (Art.º 1.º, c) do CPP). Assim, a atuação dos OPC desenvolve-se em estreita colaboração com o MP, em matéria respeitante a atos processuais.

O CPP atribui, desde logo, ao MP a responsabilidade na direção do inquérito, sendo este assistido pelos OPC, conforme estabelecido no seu artigo 263.º. O mesmo diploma refere ainda nos artigos 55.º e 56.º o dever de coadjuvação dos OPC sob a direção das AJ e na sua dependência funcional. O MP, assumindo o papel de dirigir o inquérito, pode então, a todo o tempo, avocar a si o processo, fiscalizar o seu desenrolar e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer atos, podendo mesmo executar diretamente os atos, adotando o controlo efetivo da investigação (Castro, 2016).

É essencial atender ao facto de que a investigação faz parte da ação penal, que é da competência do MP, não se devendo separar uma da outra (Parente, 2014). Valente (2010) defende que esta separação pode ser “duplamente perniciosa”, por um lado porque se pode considerar que há investigação criminal “fora da direção e dependência funcional do MP, imposta pelo art.º 263.º do CPP, fora do inquérito ou desjurisdicionalizada” (p. 271), e, por outro lado, pode conduzir à “policialização da investigação criminal”, onde a polícia atua sem qualquer controlo contínuo das AJ.

Conforme defende Rodrigues (2002) o perigo da policialização da investigação criminal é real, uma vez que o MP ““ocupa parcialmente a cena”, quando devia dominá-la, enquanto a polícia desempenha plenamente o seu papel” (p. 955). A dependência funcional indica que os OPC, no desenrolar do processo, atuam sob orientação das AJ competentes em cada fase processual. Ainda assim, o que se verifica no sistema nacional é a emissão, por parte do MP, de despachos genéricos de competências, sobrecarregando os OPC com elevado volume processual, para que desenvolvam a investigação de acordo com o conhecimento técnico e científico de que estes dispõem na matéria.

Uma das principais críticas apontadas é precisamente o facto de o MP delegar a investigação criminal no OPC, limitando-se a “verificar *a posteriori* o que foi feito e se está conforme os princípios e as regras do Processo Penal, deixando assim de ser o “director do inquérito” para ser um “receptor do inquérito”” (Parente, 2014, p. 44). A possibilidade de delegação de competências de investigação no OPC gera controvérsias, pois vem permitir que os OPC “conduzam a investigação criminal segundo a sua conveniência, apesar de sempre pautados por critérios de legalidade” (Castro, 2016, p. 35). Na opinião de Júdice (2004) a atual situação é marcada por confusão de funções, indefinição de poderes e contradições e, por tal, são necessárias profundas reformas que passem por clarificar a dependência hierárquica funcional e disciplinar dos OPC em relação ao MP.

3.2. Lei de Organização da Investigação Criminal

A mais recente LOIC, aprovada em 2008, em harmonia com a LSI aposta nos sistemas de coordenação entre os OPC. Ainda assim, sem desprezo pela importância da existência de uma boa coordenação entre OPC, “considera-se que a principal alteração trazida por esta lei foi o maior cuidado na exposição das competências de cada OPC e das condições a observar por parte do MP para delegação de competência investigatória” (Amaral, 2010, p. 29).

As competências investigatórias despontam do artigo 3.º, n.º 1 da LOIC, considerando-se OPC de competência genérica a PJ, a GNR e a PSP. O n.º 2 do mesmo articulado adianta que possuem competência específica, todos os restantes OPC. Pelo exposto no artigo 3.º, n.º 3 introduziu-se a possibilidade de atribuir a titularidade de competência reservada. No que à PSP e à GNR diz respeito, o artigo 6.º da LOIC prevê que lhe sejam cometidos os crimes cuja “competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, nos termos do artigo 8.º”. Segundo Valente (2010), esta foi uma atribuição feita pela negativa dado que estes crimes são aqueles que não sejam da competência reservada da PJ, ou de um OPC de competência específica.

A atribuição de competência específica obedece aos critérios de especialização e racionalização na afetação de recursos para a investigação (Art.º 4.º, n.º 1 da LOIC), devendo os demais OPC abster-se da intervenção. Desta senda, quando o OPC que tiver

notícia do crime não se mostrar competente para a sua investigação, deve apenas efetuar diligências no sentido de praticar os atos cautelares necessários e urgentes que garantam os meios de prova, tal como prescreve o artigo 5.º, n.º 1 da LOIC.

Quanto à competência reservada, atribuída à PJ, é materializada numa listagem de tipologias de crimes, previstas no artigo 7.º da LOIC, cuja investigação pende exclusivamente sobre este OPC. Em matéria de competência reservada, esta divide-se em competência relativa quando pende a possibilidade de ser deferida a investigação a outros OPC, ou absoluta quando não existe esta possibilidade.

O deferimento da IC a outro OPC que não o detentor da competência originária, terá de ocorrer por despacho do PGR e pelos procuradores-gerais distritais conforme o artigo 8.º, n.º 1, n.º 3, n.º 4 e n.º 5 da LOIC, o que “diminui ou aniquila a autonomia interna que deve ser respeitada a cada titular de cada processo na fase de inquérito [MP] e coloca em causa o n.º 2 do art. 219.º da CRP” (Valente, 2012, p. 431).

Tal como entende Mendes (2005), “a essência da lei é descentralizar a investigação criminal da PJ, que se tornou “incapaz” de conduzir as investigações de todos os crimes ocorridos em Portugal, tendo em consideração a sua crescente quantidade e complexidade” (p. 19). Ainda assim, Valente (2012) defende que uma das consequências do deferimento das investigações é a burocratização da investigação criminal, que deve ser simples e deve estar sob a alçada do seu titular, ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º da LOIC. Não devemos, por isso, olvidar que a investigação criminal depende de duas importantes áreas para alcançar sucesso: as leis e sua tramitação processual e as técnicas de investigação (Brown, 2001). Face a isto, é necessário alinhar a doutrina a uma realidade criminal moderna, com novos fenómenos criminais que se mostram violentos, graves e facilmente internacionalizáveis. Procurando, deste modo, soluções que passam desde logo por um labor heurístico que confira maior abrangência e flexibilidade aos OPC no desenvolvimento das suas investigações, e que “disponibilizem à política criminal e à *law in action* instrumentos preventivos e repressivos, idóneos e eficazes” (Braz, 2020, p. 330). Aquilo que se pretende é uma investigação criminal moderna, eficiente e com enfoque na resolução dos problemas, e não um sistema pesado, burocrático, com sobreposições causadoras de desperdícios de recursos.

CAPÍTULO II – DILIGÊNCIAS PROCESSUAIS NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

1. A condução das diligências processuais e a complexidade do método de investigar

O ato de investigar é, tendo em conta as palavras de Castro (2016), um “processo de procura de indícios que respondam a algumas perguntas: como, quando onde e porquê?” (p. 7). Segundo esta linha de raciocínio, Valente (2012) defende que a IC não é uma ciência exata, se atendermos que, as técnicas nela utilizadas para a descoberta da eventual ocorrência de um crime não são tão precisas quanto o desejado, uma vez que não dão origem a resultados rigorosos. O mesmo autor defende que, pelo contrário, as técnicas utilizadas na IC variam conforme o tipo de crime e as características de cada caso, existindo sempre uma incerteza inerente a cada acontecimento. No mesmo sentido, também Mannheim (1984) defende que a única proposição definitiva existente na IC é o próprio facto.

Para Lyman (2011), a investigação de um crime envolve diversos campos do saber em simultâneo e, portanto, é uma tarefa de difícil descrição. Este refere que é importante que o investigador criminal compreenda as técnicas básicas da preservação de vestígios, aliando sempre este conhecimento ao saber jurídico, essencial para o êxito de uma investigação processualmente válida. Tal como afirma Braz (2010), “Na verdade, não basta saber direito para se ser investigador criminal, ainda que não se possa ser investigador criminal sem saber direito” (p. 346).

O combate à nova criminalidade não passa por estratégias de investigação criminal inalteráveis, comumente utilizadas para acabar com o crime comum e tradicional, bem pelo contrário, o sistema de investigação criminal deve adaptar-se às mudanças. Esta realidade eleva as exigências de uma adequada formação e treino dos investigadores criminais, implicando, cada vez mais, uma certa temporalidade dos processos de formação e a sujeição a critérios mais exigentes. Face à contemporaneidade, fortemente fustigada pela incerteza, mudança, riscos e outras imprevisibilidades, não podemos descurar a formação dos investigadores criminais, nas mais variadas áreas de atuação, que contribuem positivamente para o trabalho técnico e científico da IC, como é a criminologia, a química, a biologia, a medicina legal, a toxicologia ou a balística, de forma a garantir uma abrangência das mais variadas vertentes no combate ao crime.

Para que seja possível a concretização de uma investigação criminal é indispensável um grande leque de conhecimentos específicos, “amplos meios técnicos e mobilidade de atuação, dada a especial complexidade, organização e ampliação espacial da atividade criminosa, que não respeita fronteiras” (Castro, 2016, p. 26). Desta senda, é necessário entender as barreiras à condução de investigações criminais e a complexidade com que são conduzidas as mesmas, de forma a atingir-se um resultado neutro, imparcial e independente.

2. O método na Investigação Criminal

Na perspectiva de Evans (2009), a IC engloba o estudo de diferentes campos ao mesmo tempo, o que torna esta tarefa difícil de se concretizar. O mesmo autor reforça ainda que os métodos utilizados são variados, alguns deles tão antigos quanto a própria história e outros, tão recentes que ainda necessitam de ser testados.

Para cumprir os seus objetivos e prosseguir os seus fins a IC, “enquanto área específica do saber empírico, cria e desenvolve um corpo de princípios, procedimentos e regras de organização próprias, um “sistema operativo” (...) através do qual processa toda a sua atividade” (Braz, 2020, p. 61). São três os pilares que sustentam este sistema operativo: o método, a informação e a cooperação.

O método em IC consiste em saber quais são as regras básicas e os instrumentos de raciocínio lógico que permitam a interpretação, a ordenação e a valoração da informação que temos disponível e que, possibilita obter aquela de que necessitamos. Deste modo, o método serve para “suportar e orientar no plano intelectual, a procura de verdade material, produzindo novo conhecimento e integrando e corrigindo o conhecimento pré-existente” (Braz, 2020, p. 62).

A IC utiliza como paradigma metodológico o pensamento cartesiano da dúvida metódica, que se desenvolve através de três operações essenciais, sendo elas a verificação da existência de factos reais e indiscutíveis relativos a um certo objeto de estudo, a análise e decomposição desses factos no maior número possível de elementos unitários que devem ser estudados individualmente e sucessivamente analisados e, por fim a ligação de todos os elementos estudados como um todo coerente e interligado (Braz, 2020). Tendo por base o método cartesiano, em cada uma das hipóteses descritas devem ser enumeradas todas as conclusões e princípios utilizados com o intuito de manter a ordem do

pensamento. Desta senda, a IC assenta numa metodologia que utiliza três operações fundamentais: a análise, a correlação e a síntese.

Lyman (2011) defende que o investigador criminal deve aliar o pensamento crítico a métodos científicos, na medida em que o pensamento crítico auxilia no julgamento sobre o que fazer, tendo em conta observações ou experiências de cada um. O pensamento crítico, assenta em três proposições essenciais: atitude e disposição para considerar de forma ponderada os problemas que se enquadram no leque de experiências; o conhecimento dos métodos de investigação e raciocínio lógico e habilidade na aplicação destes métodos (Lyman, 2011).

O pensamento crítico pode ocorrer sempre que alguém julga, decide ou resolve um problema, podendo ser utilizado sempre que for necessário saber o que fazer e fazê-lo de maneira razoável e reflexiva. Assim, ter este pensamento permite a análise, avaliação e explicação de um pensamento, diminuindo assim o risco de adotar, agir ou pensar com uma crença falsa. O método da IC deve utilizar o pensamento crítico na determinação da direção da investigação e os métodos científicos na avaliação do valor e da utilidade da evidência.

3. Das exigências processuais

O processo penal português assenta numa estrutura acusatória, que conformou duas inovações fundamentais: “as garantias no processo da proibição de provas obtidas mediante violações de direitos fundamentais e a separação das magistraturas judicial e do Ministério Público, sendo esta a entidade responsável pela ação penal, que goza de um estatuto de autonomia” (Silva, 2015, p. 81). Desta forma, a produção da prova compreende um conjunto de atos para a sua recolha, conservação e apresentação, do qual vai depender o sucesso da investigação. “Inquinados estes [atos], fica inquinada (em efeito dominó) a validade da prova e, por consequência, o desfecho do processo” (Silva, 2015, p. 88). Podemos considerar como meios de obtenção de prova as diligências realizadas pelos OPC para recolha de prova, com o limite de que só são admitidas como prova aquelas que não forem proibidas por lei. A prova e a obtenção desta correspondem a um conjunto de exigências processuais, que no final de contas a revestem de validade processual.

A descoberta do autor de um certo crime é “muitas vezes resultado de um exercício de paciência em que, partindo-se de “pequenas coisas” que se vão encaixando

num todo, se chega ao resultado final” (Silva, 2015, p. 89). Tendo em consideração tal facto, o legislador não regulamentou as técnicas de recolha de vestígios, deixando à consideração e experiência esta vertente, mas definiu as circunstâncias e as pessoas que deverão fornecer a prova. O tema dos meios de obtenção de prova afigura-se assim como um campo essencialmente técnico, mas no qual não se podem esquecer os princípios que norteiam toda a estrutura jurídico-penal, que se apresenta como *ultima ratio* de um sistema formal de controlo. Destes podemos destacar os exames, as revistas e buscas, as apreensões e as escutas telefónicas.

Quanto ao exame, este é tido como o conjunto de procedimentos específicos, exigíveis *in casu*, que têm como objetivo técnico a identificação, sinalização, fixação e preservação de vestígios, objetos, sinais ou particularidades com interesse probatório e o seu registo documental (Braz, 2020). Afinal, tal como refere Flores (2015), é sobre estes vestígios, objetos e sinais, devidamente tratados nas várias disciplinas da ciência, que as unidades de IC vão trabalhar. A regra é, logo que haja notícia da prática de um crime, evitar, tanto quanto possível, que os vestígios se apaguem ou alteram antes de serem examinados. Para tal, são afastados todos os atos que possam prejudicar a descoberta da verdade, onde se inclui o afastamento de pessoas estranhas ao local do crime, conforme o estabelecido no artigo 173.º do CPP. O fim último é o de assegurar que o estado das coisas e dos locais se mantenham de acordo com o facto ocorrido e qualificado pela lei como crime, por força do artigo 249.º, n.º 2 a) conjugado com os artigos 171.º a 173.º do CPP (Valente, 2012).

O regime das revistas e buscas encontra-se plasmado entre os artigos 174.º e 177.º do CPP. Neste primeiro artigo está explícito que a revista é efetuada quando “houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova”. Quanto à busca, esta acontece quando os objetos relacionados com o crime ou que possam servir de prova se encontrem em lugar reservado ou de acesso limitado ao público. O mesmo sucede quando nestes espaços se encontrem o arguido ou outra pessoa que deva ser detida.

As revistas e as buscas são autorizadas ou ordenadas por despacho pela autoridade judiciária competente, com um prazo de validade máximo de 30 dias, sob pena de nulidade, conforme exarado no artigo 174.º, n.º 4 do CPP. Por sua vez, e tendo em conta o princípio da reserva da vida privada, as buscas domiciliárias são, em regra, ordenadas pelo JIC (Silva, 2015). O artigo 251.º do CPP prevê ainda a realização de revistas e buscas, enquanto medida de polícia que se “reveste de natureza urgente, cuja

oportunidade e utilidade se perderá se não forem realizadas imediatamente” daí que não estejam sujeitas ao regime de autorização expressa da autoridade judiciária (Braz, 2020, p. 270). Face ao exposto, denota-se, por um lado, a ideia da procura de um equilíbrio entre o interesse da descoberta da verdade material e, por outro lado, a reserva da vida privada, a dignidade pessoal e, “na medida do possível, o pudor do visado” (Art.º 175.º, n.º 2 do CPP) e, portanto, a descoberta da verdade material como finalidade da justiça pode acarretar dificuldades na sua conceção (Silva, 2015).

As apreensões têm, como natureza e condição essencial, servir como meio de obtenção de prova, não se podendo confundir com o cumprimento de outras finalidades, nomeadamente, garantia patrimonial ou prevenção geral de crimes, ainda que possa incidir sobre objetos que estivessem destinados a servir a prática de um crime (Silva, 2015). Conforme alude o n.º 1 do artigo 178.º do CPP, poderão ser apreendidos os objetos que tenham servido ou “estivessem destinados a servir a prática de um crime, os que constituírem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, e (...) os que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir a prova”. Relativamente à apreensão de correspondência, o artigo 179.º do CPP confere ao juiz poder para autorizar ou ordenar a apreensão, mesmo nas estações de correios e de telecomunicações, de cartas, encomendas, valores ou outra correspondência, sempre que hajam fundadas suspeitas para crer que a correspondência foi expedida pelo suspeito ou lhe é dirigida, quando esteja em causa crime punível com pena de prisão superior, no seu máximo, a três anos.

O regime das escutas telefónicas encontra-se vertido entre os artigos 187.º e 190.º do CPP, tratando-se este do “mais moderno meio de obtenção de prova previsto na lei processual penal e, seguramente, um dos que maior eficácia reveste na luta contra as modernas expressões da criminalidade” (Braz, 2020, p. 218). A criminalidade organizada ultrapassa fronteiras, utilizando modernas tecnologias comunicacionais para garantir rapidez, eficácia e anonimato na prossecução dos seus desígnios e atividade ilícitas (Silva, 2015). Ao conseguir-se intercetar estes circuitos comunicacionais, utilizando-se para tal tecnologias com um potencial idêntico, construímos um poderoso meio de produção probatória (Braz, 2020).

O n.º 1 do artigo 187.º do CPP vem reforçar a ideia de que as escutas telefónicas são um meio subsidiário relativamente a outros meios de obtenção de prova, apresentando o catálogo dos crimes para os quais é possível utilizar escutas telefónicas como meio de obtenção de prova. Relativamente ao combate às formas mais graves e complexas de

criminalidade, o legislador teve em consideração a necessidade de a IC agir de forma centralizada, com rapidez e eficácia, tendo em consideração algumas particularidades técnicas e específicas deste meio de obtenção de prova (Braz, 2020).

No que diz respeito à possibilidade de intercetar conversações ou comunicações de natureza similar às telefónicas, o artigo 189.º do CPP equipara as comunicações telefónicas ao correio eletrónico e outras formas de transmissão de dados por via telemática, mesmo que se encontrem guardadas em suporte digital. Algumas destas possibilidades aplicam-se diretamente à investigação de criminalidade informática ou de cibercrime, que “constitui um dos recursos instrumentais mais significativos da moderna criminalidade, *maxime* do crime organizado de natureza económica” (Braz, 2020, p. 232).

4. Métodos Especiais de Investigação Criminal

Moura (2004) refere que a evolução e a proliferação de fenómenos associados a uma criminalidade cada vez mais transnacional, organizada, diferenciada e complexa, num espaço territorial que se confunde com o planeta, exige novos investimentos. É desta forma que o Estado, em reação à permanente mutação e evolução da criminalidade, e numa tentativa de manter o equilíbrio entre a segurança e a liberdade, vai adaptando as respetivas políticas criminais. Tal como afirma Braz (2020), “a ciência jurídica e a política criminal podem, através de soluções de compromisso e num quadro sistémico de alguma excecionalidade, encontrar respostas eficazes às ameaças de uma nova criminalidade particularmente grave, complexa e violenta” (p. 330). Esta criminalidade altamente especializada convoca o recurso a meios de obtenção de prova adequados a gladiar forças e decisivos na IC.

Os meios de prova e de obtenção de prova tidos como “clássicos”, desenvolvidos na observância de um alargado conjunto de princípios fundamentais, revelam-se, de forma geral, impotentes e ineficazes para responder às complexidades da nova criminalidade. As últimas duas décadas foram frutíferas na aprovação de novos regimes processuais e meios de obtenção de prova, tentando ultrapassar, no plano processual-penal, as dificuldades do combate à criminalidade, também ela excecional. Ainda assim, este é um caminho que se mostra tortuoso, tão tortuoso como as novas formas de criminalidade que tanto “amedrontam a sociedade como irritam a investigação criminal na busca incessante (...) do conhecimento dos contornos da ação criminosa” (Nunes, 2015, p. 7).

De qualquer forma, têm sido, em geral, admitidas medidas de investigação especiais, como último meio, mas “como estritamente necessárias à eficácia da prevenção e combate à criminalidade objetivamente grave, de consequências de elevada danosidade social (...), e às dificuldades de investigação que normalmente lhe estão associadas”⁴. No que concerne aos meios de obtenção de prova, importa frisar que estes são designados de “especiais/ excepcionais” porque constroem direitos, liberdades e garantias de forma mais acentuada que os outros e, os regimes a eles aplicáveis são materializados em princípios mais delimitadores e restritivos que os restantes (Pontes, 2014).

O conjunto de recursos da investigação criminal a que nos referimos é composto por interceções telefónicas, já descritas neste trabalho, bem como pelas seguintes áreas de atuação: “Direito Premial e o Reconhecimento da Colaboração Processual; Proteção de Testemunhas e de Outros Intervenientes Processuais; Ações Encobertas; Entregas Controladas” (Braz, 2020, p. 336).

Quanto ao direito premial, este define-se enquanto “instituto jurídico criado pelo legislador (...), onde se concede um prémio a quem denunciar, a quem delatar” (Matos, 2013, p. 4), onde se destaca a figura do agente arrependido. Do ponto de vista jurídico a confissão do arguido quando não acompanhada de outras provas, tem uma consistência probatória muito relativa e instável (Braz, 2020). Todavia, de um ponto de vista “técnico da investigação criminal, ponderadas e avaliadas as motivações e os circunstancialismos que a suportam, constitui sempre um elemento muito relevante” (Braz, 2020, p. 342). O direito premial é, em termos de política criminal, uma orientação que prossegue os objetivos de eficácia com consequências significativas para a investigação criminal e para a produção de prova, transformando arguidos em testemunhas (Braz, 2020). Contudo, não podemos olvidar que isto não significa a adoção cabal de um sistema premial, mas sim a adaptação da ordem jurídica à realidade da justiça, com o intuito de facilitar a investigação criminal (Costa, 2018).

A consagração da proteção das testemunhas tem como fim último a garantia dos seus direitos fundamentais (Grilo, 2012). No entanto, também esta proteção é limitada, pois só pode ser considerada nos casos mais gravosos de criminalidade. A Lei n.º 93/99, de 14 de julho aponta medidas de proteção que passam pela ocultação de testemunhas ou o reconhecimento de testemunhas especialmente vulneráveis. Quanto à ocultação de imagem e distorção de voz na teleconferência esta acontece nos casos em que o tribunal

⁴Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 20/02/2003 retirado de <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/e4c9177530b2c36380256d08004e5d11>.

considere que existem circunstâncias que demonstrem um risco elevado de intimidação por parte da testemunha, optando, assim, por evitar o seu reconhecimento. A especial vulnerabilidade de testemunhas não resulta de uma especial situação de perigo, mas sim devido à vulnerabilidade aferida pela “adiantada ou diminuta idade, pelo seu estado de saúde, do facto de ter que eventualmente depor contra um membro da sua família ou contra um membro de um grupo que faça parte numa situação de dependência (...)” (Grilo, 2012, p. 30).

A ação encoberta é hoje um meio de obtenção de prova com grande potencial de eficácia na luta contra o crime organizado, de tal modo que levou a ONU a consagrar no n.º 1 do artigo 20.º da Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, o recurso a ações encobertas “(...) a fim de combater eficazmente a criminalidade organizada”. A operação policial encoberta consiste na atuação de “funcionário(s) de investigação criminal (...) que: autorizado(s) e enquadrado(s), dissimulam a sua identidade, insinua(m)-se junto de suspeitos ou autores de atividades criminosas, com a finalidade única de coligir informações ou recolher provas” (Sintra, 2014, p. 186). Do ponto de vista metodológico e técnico-policial, as ações encobertas são tidas como procedimentos complexos, marcadas pelo risco e por grande pressão psicológica, exigindo do agente encoberto uma “elevada disciplina funcional, especialização técnica, e intenso treino” (Braz, 2020, p. 365). A concretização de uma ação encoberta implica um vasto dispositivo operacional, desenvolvido por equipas treinadas para o efeito e cuja atividade deve ser escrutinada e sujeita a apertados mecanismos de controlo e fiscalização (Braz, 2020).

No que concerne à entrega controlada, esta constitui uma modalidade próxima da ação encoberta, podendo muitas vezes, constituir-se uma fase de uma ação encoberta em curso. A entrega controlada consubstancia-se no “acompanhamento temporal pela polícia de operações de entrega de substâncias ilícitas ou com ela diretamente relacionadas com o objetivo de identificar e responsabilizar os agentes das infrações cometidas” (Lopes, 2017, p. 51). O fim último é a identificação e responsabilização do maior número possível de intervenientes no seu percurso (Braz, 2020). A facilidade com que na atualidade é possível a circulação de pessoas e bens entre as fronteiras, incentiva a criminalidade transacional, tornando inoperantes os meios nacionais para combater este fenómeno (Sousa, 2019). Assim, a Convenção de Viena de 1988 das Nações Unidas prevê e recomenda o procedimento da entrega controlada, tido como um verdadeiro instrumento de cooperação internacional quer a nível policial, quer a nível judicial (Braz, 2020).

Por tudo o que foi exposto, não parece racional continuar a insistir apenas na “utilização dos meios tradicionais utilizados para a criminalidade comum, que para além de apresentar uma verdadeira “missão impossível” e utópica é ancorada num “imobilismo anacrónico e em falaciosos receios de índole híper-garantista” (Grilo, 2012, p.17).

5. Complexidade versus exigência do conhecimento

A atual criminalidade tem-se mostrado uma realidade incontornável, manifestando um panorama diferente do que estávamos habituados: “o agente do crime deixou de ser exclusivamente um indivíduo singular, passando a actuar em organizações com uma área de actuação plurilocalizada e transfronteiriça, e que (...) se dedica a uma diversidade de actividades delituosas” (Grilo, 2012, p. 17). As estruturas criminais evoluíram, tornaram-se mais dinâmicas, com níveis hierárquicos consolidados e com uma extensão dos crimes praticados difícil de contextualizar.

A difusão das novas tecnologias intensificou os meios para a prática de velhos crimes, revelando estes crimes em diferentes formas. A problemática do cibercrime decorre dos seus apanágios que poderão acarretar impedimentos, tanto a nível de prevenção como de investigação. Vejamos o exemplo das burlas, “que sempre existiram, porém assumem, neste contexto, mecanismos diferentes aos utilizados pela via tradicional” (Azevedo, 2016, p. v). O tipo legal do crime de burla tem vindo a intensificar-se através da utilização de meios informáticos, afigurando-se um crime complexo e dissimulado nas mais diversas práticas informáticas. Tal como indica Verdelho (2009) “os crimes praticados no ambiente digital têm suscitado problemas resultantes da imaterialidade (...) sendo que a localização física dos agentes não é óbvia” (p. 418).

Meios como o *MB Way* são muitas vezes utilizados para consumir este tipo de crimes, facto para o qual a PSP alertou para a crescente criminalidade no ano de 2019, onde se registaram 135 casos até 31 de maio, face aos 99 em relação ao ano de 2018⁵. Esta é uma problemática a ser dizimada, mas realçamos o facto de os investigadores criminais necessitarem de uma “reeducação em matéria de cibercrime e de investigação, recolha e preservação da prova digital” (Azevedo, 2016, p. 111). Na realidade é imprescindível que os investigadores criminais tenham à sua disposição todos os recursos

⁵ Informação retirada de <https://www.publico.pt/2019/11/12/sociedade/noticia/psp-regista-aumento-burlas-atraves-mb-way-1893423>

e ferramentas para fazer face à permanente evolução da tecnologia e do consequente aperfeiçoamento dos crimes já existentes.

São as características tão específicas dos novos fenómenos criminais que fazem com que estes sejam merecedores de um tratamento também ele especial. Isto carrega, necessariamente, maiores dificuldades para a investigação criminal, o que tem levado a que seja unânime a tese de que são necessários novos meios para uma investigação mais eficaz, uma vez que os meios tradicionais não se mostram ajustados para lidar com estes novos fenómenos (Oliveira, 2015). Anseia-se, assim, por uma investigação criminal moderna, enriquecida e mais eficaz, uma vez que ao propor-se combater a nova criminalidade se entra “numa luta que surge como inequivocamente desigual, estando [a IC] em clara desvantagem” (Grilo, 2012, p. 18). Como indicam Darryl e Rod (2017), é uma pena que não se possa fornecer apenas um modelo básico para conduzir uma investigação, mas não é assim tão simples.

Podemos afirmar, em jeito de conclusão e para encerrar este capítulo, que ficou demonstrado que estamos perante um problema complexo, que ultrapassa fronteiras e embrenha toda a sociedade. A implementação de novos meios de combate à nova criminalidade exige que haja um esforço no sentido de aumentar a tecnicidade e especialização dos investigadores criminais, através da formação profissional. O caminho a trilhar terá de passar, necessariamente, por uma aposta na instrução, especialização, aperfeiçoamento e tecnicidade dos investigadores criminais porque se um bom investigador precisa de estar consciente do seu próprio pensamento, esse pensamento precisa também de ser um processo intencional (Darryl & Rod, 2017). Silva (2001), referindo-se especificamente à formação e ao papel que esta assume na atividade de polícia, assume que “é através da formação profissional exigente que o agente de polícia se deve preparar para a sua actividade adquirindo os conhecimentos necessários e a experiência para lidar com situações complexas” (p. 81). É neste contexto de formação proativa e direccionada que damos entrada no tema seguinte dedicado à formação do investigador criminal.

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO

1. A Formação

Para Momberger (2005) formação é um conceito bastante amplo, que tende geralmente a indicar os processos de formação individuais e coletivos, mas que não é redutível às formas organizadas e institucionais, incluindo também as experiências vividas, enquanto construções biográficas de cada indivíduo. Deste modo, podemos entender que a formação é algo que deve, indubitavelmente, acompanhar a evolução da sociedade, dos indivíduos e das organizações (Chanfana, Quintas & Cruz, 2000).

Apesar da importância que hoje reconhecemos na formação como uma mais valia, nem sempre assim foi. No caso português, até ao 25 de abril de 1974 a formação tinha pouco impacto, muito provavelmente porque o regime político da época assim o determinava (Chanfana et al., 2000). No pós 25 de abril, com a ideologia do novo regime, as políticas de formação foram progressivamente alteradas e adaptadas às mutações mundiais que emergiam a uma velocidade alucinante.

O impacto da formação passou a ser reconhecido globalmente e, por essa razão, o poder político viu-se na obrigação de legislar sobre esta matéria, adotando desde esta época, vários conceitos no campo da formação, tais como a formação inicial e a formação contínua. Ao enveredar por este assunto é conveniente clarificar estes conceitos e entender como é percebida a formação nas organizações que dependem dos seus recursos humanos para o cumprimento da missão, tais como a PSP.

1.1. Formação nas Organizações

A formação começou a ser questionada quando as prioridades gerais das organizações sofreram grandes alterações, devido a uma revolução de mentalidades quanto à visão daquilo que é o sucesso organizacional (Sousa, 2014). O fator humano revelou-se uma das grandes preocupações para as organizações e o indivíduo deixou de ser um simples recurso dentro das empresas, passando a ser um ponto fulcral nas estratégias globais das organizações (Serrano & Fialho, 2003).

As consequências da globalização são amplas e “um dos aspetos que mais caracteriza este enquadramento cultural é a sua imprevisibilidade, o que dificulta a previsão e a execução de acções que preparem os cidadãos, tanto em termos do seu desenvolvimento pessoal, como profissional” (Chanfana et al., 2000, p. 4). Face a tal, as

tendências verificadas nas organizações dizem respeito ao aumento da capacidade de adaptação e à flexibilidade, que implica, necessariamente, uma reestruturação na forma de pensar a organização das empresas. Exigem-se maiores competências pessoais, mais adaptabilidade e agilidade nos recursos das instituições para fazer face a todas as contingências, melhorando o processo de formação destes e estimulando-os a explorarem as suas capacidades.

De acordo com Fleury e Fleury (2001), os desafios originados pela competitividade permitiram o alinhamento das políticas de gestão de recursos humanos às estratégias das organizações, começando por reconhecer o conceito de competências. Tal como defende Camara, Guerra e Rodrigues (2013), o desenvolvimento dos recursos humanos relacionado com o potencial individual e grupal das organizações adapta-se, constantemente, às exigências do negócio. Sousa (2014) defende a ideia de que cada indivíduo possui diferentes características, valores e experiências de vida que contribuem para o sucesso da organização. Mais do que o investimento em bens materiais, o investimento nos conhecimentos dos seus trabalhadores são a maior garantia de sucesso, as pessoas são o alcance dos objetivos da organização (Sousa, 2014). Desta senda, é fundamental saber aproveitar, adequadamente, as competências de cada elemento da organização, contribuindo, deste modo, não só para um sentimento generalizado de satisfação profissional, como também para a obtenção de melhores resultados.

1.2. A formação profissional

Quando se aborda a temática das organizações é inevitável debater as questões sobre a formação, concretamente a formação profissional, bem como as implicações que esta acarreta para o sucesso das organizações. A revolução industrial reacendeu a ênfase no campo da formação profissional, uma vez que surgiram novas profissões e introduziram-se novas máquinas para a realização de tarefas, o que obrigou à aposta na formação profissional, para dar resposta às exigências profissionais. Finger (2001), sustenta esta ideia, alegando que a formação profissional “se adaptou à evolução do mundo do trabalho, à evolução das profissões, da indústria e entrou na área do *management* [...] e tornou-se num produto de consumo” (p.19).

Por formação profissional entende-se aquela que visa reconhecer e fortalecer aptidões humanas, tendo em vista uma vida ativa, produtiva e satisfatória com o intuito de melhorar as capacidades dos indivíduos para compreenderem o meio social e de

trabalho, influenciando-os individual e coletivamente (International Labour Organization [ILO], 1978). Para a Comissão Interministerial para o Emprego (CIME, 2001), a formação profissional é definida como o “Conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões” (p. 25). Ainda Cardim (1998), define esta formação como o “processo de efectuar mudanças no comportamento do Homem, aplicado na aquisição de habilidades relacionadas à sua tarefa” (p. 254). Tendo em conta todas estas definições, facilmente percebemos que a formação é entendida como um instrumento de mudança, dado que tem, como objetivo último, a alteração de comportamentos e o desenvolvimento de competências.

A formação profissional permite que se obtenham dados de realização mais completos e uma melhor adaptação ao meio em que o trabalhador se encontra inserido, nomeadamente no plano socioprofissional. A formação profissional é, portanto, considerada uma atividade que ajuda na evolução da personalidade, constituindo-se como um fator de desenvolvimento considerável e, simultaneamente, desempenha um papel preponderante na adaptação das organizações ao ritmo acelerado das mudanças (Cardim, 1998). A eficácia e eficiência das organizações passa, necessariamente, por uma formação profissional adequada, uma vez que, ao incutir novos saberes e competências nos funcionários, a produção e a qualidade dos serviços aumentam (Chanfana et al., 2000). No entanto, a formação não pode ser vista como algo estanque, como uma ferramenta para fazer face a determinadas necessidades e dar-se como concluída a sua intervenção.

O processo de formação exige a desafetação dos recursos humanos do trabalho corrente, o que implica, necessariamente, um “elevado custo de oportunidade” (Saraiva, 2018, p. 12). Por este motivo, Saraiva (2018) defende que as formações devem obedecer a critérios de desempenho económico e funcional, de modo a que sejam alinhados os custos e a produção na organização com os objetivos das formações. Cardim (2012) explica que se as formações não obedecerem a estes critérios haverá uma forte probabilidade de serem recusadas pela organização, o que poderá colocar em causa “a formação profissional, como técnica e instrumento ao serviço do desenvolvimento dos recursos humanos” (Cardim, 2012, p. 1). Seguindo esta linha de pensamento, entendemos que a formação profissional e a aprendizagem ao longo do percurso profissional adquiriu um papel fundamental na construção de novos saberes e de novos “saberes-fazer”, constituindo-se, muitas vezes, como a chave para o sucesso de qualquer organização.

2. A Formação na PSP

A PSP tem empenhado esforços para uma atualização permanente dos seus profissionais, prova disso é as “Grandes Opções Estratégicas para o quadriénio 2017-2020”, onde a PSP elenca que “o reforço da qualificação técnica e profissional dos recursos humanos e a sua valorização enquanto capital humano da PSP assume-se como linha estratégica fundamental” (Direção Nacional [DN], 2016, p. 3). Para além disto, pretende-se para o mesmo quadriénio o reforço da especialização e capacitação em domínios de atuação específica e a implementação de uma maior disponibilidade e diversidade de ações de formação, direcionadas a funções, tarefas e necessidades específicas, em linha com a implementação de um sistema de formação contínua imperativo (DN, 2016). Assim, torna-se evidente a vontade de incrementar e promover a qualificação e o desenvolvimento humano dos profissionais da PSP e a qualidade dos serviços de polícia. Por esta razão entende-se que a aposta na formação dos ativos da PSP é o ponto de partida para a eficácia e eficiência no seu desempenho, do serviço prestado por estes à população, bem como para as repercussões que esta aposta terá para a instituição e para a sociedade em geral (Sousa, 2014).

Segundo Pimenta (2012) a formação na PSP tem como finalidade, princípios e fundamentos inculcar nos seus formandos o dever que estes têm para com a instituição e para com as atividades policiais legalmente atribuídas, bem como a compreensão dos limites da eficácia da atuação policial. Para que tal seja exequível, na orgânica da PSP encontramos dois estabelecimentos de ensino, responsáveis pela formação policial: o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a Escola Prática de Polícia, previstas, respetivamente, no Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro e no Decreto Regulamentar n.º 26/2009, de 2 de outubro.

2.1. Políticas e práticas de formação na PSP

A formação profissional na PSP é entendida, à luz da NEP 01/01 de 2008, como um processo global, coerente e integrado através do qual os polícias adquirem e/ou desenvolvem competências e capacidades para o exercício da sua atividade profissional. Desta formação resulta a adoção de atitudes e comportamentos adequados aos respetivos postos de trabalho, indispensáveis ao eficaz desempenho da atividade profissional.

O “Plano de atividades da PSP 2017” alinha-se com o documento das “Grandes Opções Estratégicas da PSP para o quadriénio de 2017-2020”, fazendo referência aos três

eixos de atuação nos quais deve assentar o processo formativo: “elevação das competências dos profissionais; aplicação dos saberes adquiridos no desempenho profissional quotidiano; e desenvolvimento dos resultados da organização por consequência da formação” (Gabinete de Estudos e Planeamento [GEP], 2017, p. 71). Desta senda, pretende-se que os dois documentos concorram para o cumprimento dos objetivos operacionais, nomeadamente para a promoção de efetivo qualificado, recorrendo a metodologias de trabalho inovadoras que se sirvam de tecnologias de informação e comunicação de modo a otimizar a sua utilização no âmbito da formação e ensino (GEP, 2017).

Pese embora se denote nesta instituição uma preocupação com a formação dos seus ativos, ao nível da programação da formação é necessário instrumentos que permitam avaliar os resultados, desde logo para que se possa confirmar se a formação recebida é a mais adequada à realidade. As formações ministradas na PSP necessitam de uma avaliação que incida sobre a sua eficácia e sobre os reflexos nas carreiras e na organização, recorrendo, para estes fins, a “questionários aplicados em diferentes momentos após a ação, a escalas de atitudes, entrevistas, bem como a registos de desempenho” (Moreira, 2011, p. 127).

2.2. Estrutura da formação profissional na PSP: formação inicial, contínua e de valorização profissional

O Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, explana no seu artigo 6.º que a formação profissional na AP pode assumir três modalidades distintas: formação inicial (formação inicial geral e formação inicial específica), formação contínua e formação para a valorização profissional.

A formação inicial geral é obrigatória e “destina-se aos trabalhadores que iniciam funções públicas, visando contribuir para a consciencialização dos valores de serviço público e das especiais características do desempenho de funções públicas” (Art.º 7.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro). Na PSP destacam-se, nos termos da DBF, o CFA ministrado na EPP e o CFOP ministrado no ISCP SI, enquanto cursos de formação inicial geral.

Quanto à formação inicial específica, a definição encontra-se no artigo 7.º, n.º 2 do mesmo diploma, como sendo a “destinada à aquisição de competências indispensáveis ao início qualificado de uma atividade profissional, concretizada através de um programa

adequado de formação”, esta formação pode desenvolver-se em dois momentos distintos: “em fase anterior à admissão, como condição da mesma” (Art.º 7.º, n.º 3 a) do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro) ou “em fase imediatamente posterior à admissão, integrando o período experimental” (Art.º 7.º, n.º 3 b) do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro). A formação inicial específica na PSP desenvolve-se em fase posterior à admissão.

O crescer das novas exigências de qualidade determinam a necessidade de profundas alterações e transformações internas, a nível individual, social, organizacional, bem como a um permanente esforço de atualização (Pimenta, 2012). Perante tais desafios, é inevitável o conhecimento profundo da componente humana na PSP, tendo em vista uma eficaz resposta às necessidades da população. Surge então a formação contínua, como “instrumento decisivo de potenciação de mudança, permitindo não só uma adaptação, mas também uma antecipação em virtude das transformações em curso” (Pimenta, 2012, p. 32). A adequação da formação às necessidades dos agentes permite não só a sua satisfação pessoal, mas também uma resposta eficaz às necessidades da comunidade. A formação contínua é, então, definida como aquela que “visa promover a atualização e a valorização pessoal e profissional dos trabalhadores” (Art.º 8.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro), e “desenvolve-se ao longo da carreira profissional do trabalhador” (Art.º 8.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro).

Os objetivos da formação contínua são o “aperfeiçoamento profissional, destinado a atualizar, desenvolver ou aprofundar conhecimentos, aptidões e atitudes específicas adquiridas em processos de aprendizagem prévios” (Art.º 8.º, n.º 3 a) do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro) e o “desenvolver de competências para transferir a aprendizagem para o exercício do trabalho e continuar a aprender de forma autónoma e contínua ao longo da vida” (Art.º 8.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro).

Por fim, o artigo 9.º do mesmo diploma, dá-nos a definição de formação para a valorização profissional como sendo a formação que “visa o reforço das competências profissionais dos trabalhadores, com vista à integração em novo posto de trabalho, na sequência de reorganização de órgãos ou serviços”.

3. A Formação na Investigação Criminal

O CIC é um curso específico existente na PSP, voltado para a formação de investigadores criminais. Com a entrada em vigor da Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, primeira LOIC, tornou-se essencial formar bons formadores para, por sua vez, formarem bons investigadores criminais, “dotados de notáveis qualidades pessoais, de elevados conhecimentos jurídicos e técnico-científicos, indispensáveis à obtenção de resultados credíveis” (Mendes, 2005, p. 20). Para tal, o primeiro passo dado pela DN/PSP foi formar uma equipa interdisciplinar com experiência nas áreas do ensino técnico-profissional, investigação criminal, operações especiais e formação jurídico-criminal, para frequentarem, em 2001, o Curso de Formação de Formadores em Investigação Criminal que os habilitou a ministrar formação de qualidade nos quadros da PSP, ao abrigo de um protocolo celebrado entre a DN/PSP e o ISPJCC.

Inicialmente o CIC contemplava o leccionamento de matérias divididas em quatro grandes áreas: área criminal; área de intervenção policial e operações técnicas; área jurídica e área informática, num total de 154 horas. Em 2006 assistiu-se a uma ligeira mudança relativamente às áreas lecionadas no CIC, acrescentando-se a área de práticas operacionais às até então existentes, perfazendo um total de cinco grandes áreas, ministradas em 167 horas. Em 2010 surgiram novas mudanças no CIC, nomeadamente em termos de quantidade de áreas e no número de horas ministradas que passaram para 180. A área introduzida denomina-se de “comando e liderança” e incidia em três domínios: comando e liderança nas organizações; técnicas da motivação e recursos humanos e liderança.

Observando a atual estrutura do CIC é facilmente perceptível o aumento na carga horária, que evolui de 180 horas para 335 horas. Os conteúdos programáticos dividem-se novamente em quatro áreas: área criminal; área técnica; área jurídica e área de práticas operacionais. A área criminal divide-se em seis módulos: teoria e metodologia da investigação criminal; entrevista (inquirição e interrogatório); instrução processual; depoimento e intervenção em tribunal; cooperação policial internacional na investigação criminal e coordenação da investigação criminal. Relativamente à área técnica são lecionados os módulos de procedimentos técnicos para realização de buscas; métodos de pesquisa encoberta; gestão do local do crime; ciência forense laboratorial e análise operacional. A área jurídica engloba matérias como a ética e os direitos humanos; a organização do sistema de investigação criminal; o direito penal especial e o direito processual penal. Na área de práticas operacionais o fundamento prático manteve-se

inalterado, no entanto evoluiu-se de exercícios práticos para a componente de estágio e seminário.

Relativamente à quantidade de formandos a frequentar o CIC, a Figura 1 apresenta os dados relativos a esta realidade, demonstrando que, apesar de não ser constante, existe uma clara tendência em diminuir a quantidade de polícias que frequentam o curso de investigação criminal. O mesmo decréscimo de formandos é visível, quando analisada a tendência por categorias de oficial, chefe e agente.

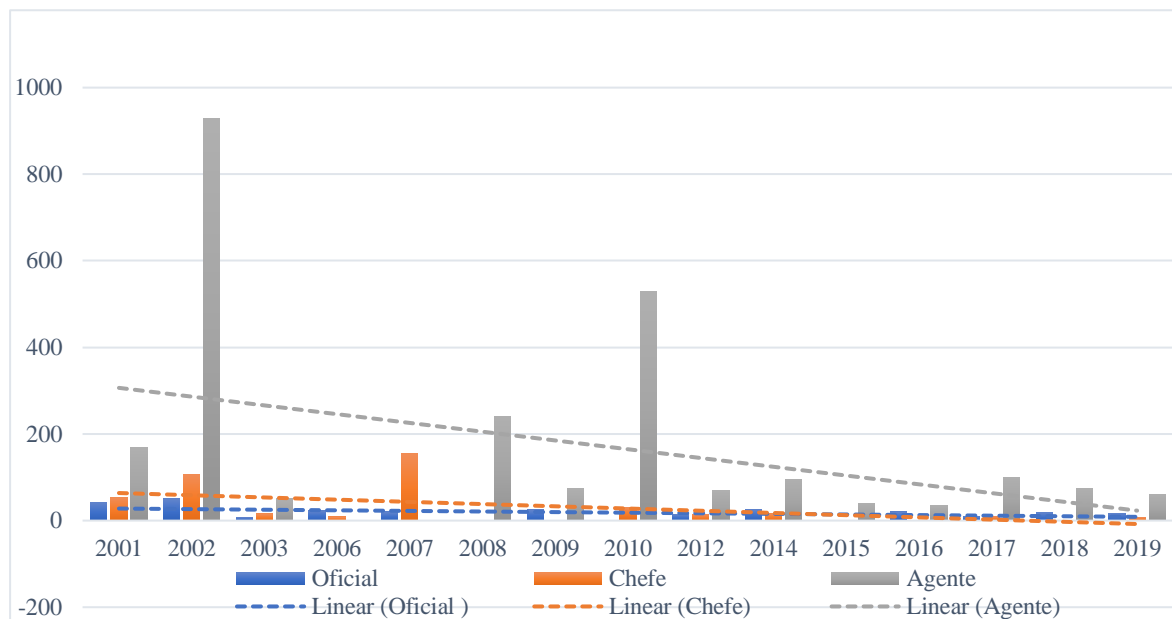


Figura 1- Evolução do n.º de formandos do Curso de Investigação Criminal.

Fonte: Dados cedidos pela Divisão de Investigação Criminal da PSP.

Para além do curso específico de investigação criminal, a PSP oferece várias outras formações para investigadores criminais, a saber: Curso de técnicas de aperfeiçoamento em investigação criminal (ministrado de 2011 a 2017 e apenas direcionado para polícias da carreira de chefe e agente, formando até aos dias de hoje 368 investigadores criminais); Curso de análise de informações criminais (ministrado a 233 elementos); Curso de fotografia criminal (ministrado nos anos de 2011; 2013; 2015 e 2016, formando 98 investigadores criminais da carreira de oficial, chefe e agente); Curso de pesquisa encoberta de informações criminais (com 86 formandos dos Comandos de Polícia do Porto, Lisboa e Setúbal e da DIC); Curso de inspeção judiciária (realizado em 2015; 2017 e 2019 para 51 polícias); Curso de entrevista, interrogatório e intervenção em tribunal (realizado em 2017 e 2018, somente para oficiais e agentes, perfazendo um total

de 68 formandos); e Curso de prova digital (2015 foi o único ano em que o curso foi ministrado, a 21 polícias).

4. Capacidade formativa *on the job* e parcerias formativas interinstitucionais

Perante as imposições com as quais a IC se depara, facilmente entendemos que estamos perante uma nova e real necessidade de formação, que dê corpo a estas exigências. A formação de investigadores criminais terá de ter em consideração as exigências e condicionalismos da prática quotidiana da função. De forma complementar e integrada, a formação deve permitir estimular o desenvolvimento de capacidades, da criatividade, da cooperação e colaboração, da autonomia e da iniciativa e da resolução de problemas (Ferreira, 2014). Esta realidade obriga a uma constante atualização do conhecimento, através de formações ajustadas às necessidades, sustentada, flexível, inovadora e capaz de mobilizar vivências e saberes. Acerca deste assunto, acrescentam ainda Ter, Van, Van e Vinter (2005) que as formações devem ser orientadas também aos formandos, que devem ter a oportunidade de adquirir as competências adequadas à função. De facto, para que o investigador criminal possa enfrentar com sucesso os novos paradigmas da atual sociedade, torna-se imprescindível focalizar a sua formação no desenvolvimento de competências (Ferreira, 2014).

Importa, desta forma, que para as diferentes formações sejam identificadas as necessárias competências e, a partir destas, se selecionem os saberes básicos inerentes a cada área de conhecimento, bem como se estruture o projeto pedagógico a implementar (Departamento de Formação [DF], 2008). A identificação das competências, por sua vez, exige que seja realizada uma análise a dado momento ambiental, assim como aos seus fatores condicionantes. Não há, nem pode haver receitas metódicas e infalíveis que permitam a listagem de saberes, atitudes e comportamentos que determinam o sucesso ou o fracasso de uma investigação face aos condicionalismos ou oportunidades do meio (Ferreira, 2014). Assim, cada formação deve ser reajustada em função da própria dinâmica social, contemplando o máximo de elementos que permitam ao investigador criminal desenvolver as suas competências, tal como a função o exige. A propósito da problemática da formação na PSP, Silva (2001) refere que “Uma polícia profissional é uma polícia bem formada, bem dirigida e bem equipada” (p.78).

A atuação dos investigadores criminais contempla diversas áreas do saber, muitas delas tão específicas que se torna manifestamente difícil para a PSP adotar uma política formativa que englobe todas estas competências e qualificações que respondam aos novos desafios criminais. É neste impasse que surge a Academia nas suas várias vertentes, enquanto parceiro na formação de investigadores criminais. As relações estabelecidas com entidades externas, visam encontrar parceiros estratégicos com conhecimentos e experiência na metodologia de ensino, para a produção de matérias necessárias à função. Salienta-se, desta forma, a importância da troca de conhecimentos com entidades externas, com outras polícias, outros investigadores criminais e a Academia. A troca de conhecimentos entre a Academia e a atividade de IC será, necessariamente, um caminho a percorrer no que diz respeito à formação do investigador criminal, sobretudo no que se refere às ciências forenses. Na realidade, estas parcerias significam uma transferência efetiva de novos conhecimentos, mecanismos e técnicas em prol da formação, colaborando, de forma inequívoca, para a IC. É importante reiterar que a parceria com a Academia, nas suas mais variadas vertentes, quer seja o investigador a beber do conhecimento da Academia, quer seja trazer a Academia à realidade material da IC, permite buscar a doutrina de aplicação prática de forma mais célere e eficaz, recorrendo a meios diferentes dos que a PSP possui.

Para além das parcerias interinstitucionais, acreditamos que a formação de IC na PSP não deve ser apenas direcionada para esta única valência, mas, igualmente, para polícias que desempenhem funções distintas desta. Não obstante da formação em IC ser, em primeiro lugar, direcionada para os investigadores criminais, esta aposta permite criar sinergias entre diferentes valências da PSP. Por sua vez, a partilha de conhecimentos entre diferentes valências permite a construção de uma polícia integral, versátil e holística.

Entendemos assim, que a formação para além de ser adequada às necessidades reais de investigação, necessitando, por isso, de ser constantemente pensada, reformulada e modernizada, deve ainda recorrer a meios cada vez especializados e que permitam ao investigador ter uma formação holística e o mais completa possível. O vácuo que ainda precisa de ser preenchido passa pelo fortalecimento da formação ministrada aos investigadores criminais, através do fortalecimento das parcerias interinstitucionais que permitem, numa alteração de papéis daquele que produz o conhecimento e daquele que aplica o conhecimento produzido, a integração entre os investigadores criminais e a restante comunidade científica.

CAPÍTULO IV - MÉTODO

1. Enquadramento

A importância que os formandos atribuem à formação que lhes é ministrada pela instituição em que desempenham funções é realçada pela literatura da especialidade. Alguns estudos realizados nesta área, como o de Chanfana, Quintas e Cruz em 2000, Fernandes (2001) na linha de investigação do ISCPSI, Chanfana (2011) e Moreira em 2011, colocam em evidência a importância que a formação profissional assume no desenvolvimento da atividade laboral. Isto sugere que seja efetuado um estudo sobre a perceção dos formandos investigadores criminais, restringindo o estudo a um grupo limitado de polícias. Procuramos, deste modo, que o presente estudo se insira na lógica de que, de acordo com os resultados obtidos, se adotem estratégias e medidas, adequadas e necessárias ao bom planeamento da formação de polícias investigadores criminais. A nossa investigação procurou trilhar dois caminhos, por um lado analisar a perceção dos investigadores criminais sobre a formação ministrada, do ponto de vista subjetivo destes e, por outro lado, aferir se a PSP disponibiliza formação adequada aos investigadores criminais para o correto desempenho de funções. Nesta senda, o presente estudo foi desenvolvido à luz de procedimentos metodológicos adaptados, rigorosos e contextualizados ao propósito da investigação.

2. Objetivos da Investigação

O nosso estudo tem como objetivo geral perceber se a PSP disponibiliza formação adequada aos investigadores criminais para o correto desempenho das suas funções.

Como objetivos específicos definem-se os seguintes:

- Verificar quais as formações, no âmbito do CIC e da formação contínua, existentes para investigadores criminais, qual a sua periodicidade e frequência de formandos.
- Analisar que influência têm as variáveis secundárias independentes (idade, habilitações literárias, categoria policial, tempo a que desempenha funções na IC e Esquadra onde presta serviço) na perceção global atribuída pelos investigadores criminais à sua formação.

- Averiguar qual a importância que o investigador criminal atribui à sua formação e qual a sua adequabilidade face às exigências processuais.
- Perceber, tendo em conta a perceção dos investigadores criminais, se a quantidade e os conteúdos das formações são adequados ao desenvolvimento das investigações criminais.
- Identificar quais as áreas em que há maior necessidade de formação.

3. Hipóteses da Investigação

No que concerne às hipóteses (HP) definidas para este estudo, estas dividem-se em:

- HP 1: A formação oferecida pela PSP demonstra-se desadequada em relação às exigências processuais.
- HP 2: As variáveis secundárias independentes influenciam a perceção global que os investigadores criminais têm acerca da sua formação.
- HP 3: A formação constitui-se como uma ferramenta de grande importância para os investigadores criminais.
- HP 4: A quantidade e os conteúdos das formações não são adequados à função dos investigadores criminais.
- HP 5: O investigador criminal que desempenha funções há mais tempo tem menos necessidade de formação.
- HP 6: A aplicabilidade e a utilidade das formações variam em função da categoria policial.

4. O estudo quantitativo

É fundamental que os procedimentos levados em conta para a recolha de dados, estejam alinhados com a estratégia de investigação que escolhemos e, por sua vez, satisfaçam os objetivos da pesquisa (Afonso et al., 2016). Para tal optamos, neste estudo, por uma estratégia de investigação quantitativa que se constitui como “um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis, baseado na observação de factos, acontecimentos e fenómenos objetivos, que existem independentemente do investigador” (Freixo, 2011, p. 144).

O estudo quantitativo procura conhecer e controlar as variáveis, de modo a eliminar os fatores de incerteza, com o objetivo de generalizar os resultados obtidos (Vilelas, 2009). Para tal, recorreremos à aplicação de um inquérito por questionário que é, tal como afirmam Afonso et al. (2016) a técnica mais utilizada para se proceder à recolha de dados, em ciências sociais, pois permite uma análise extensiva e de generalização das informações recolhidas. Ou seja, através da utilização deste instrumento, pretendemos conseguir recolher informação sobre um grande número de indivíduos, fazer comparações precisas entre as respostas destes e conseguir generalizar os resultados da amostra à totalidade da população.

Segundo Freixo (2011), o inquérito por questionário permite a tradução dos nossos objetivos de estudo, em variáveis mensuráveis ou em padrões numéricos e a verificação das nossas hipóteses mediante análise estatística dos dados recolhidos e, desta forma, permite-nos confirmar ou infirmar as nossas hipóteses de investigação.

Assim sendo, foi realizado um estudo quantitativo, utilizando para o efeito a aplicação de um inquérito por questionário com variáveis estatísticas qualitativas e quantitativas, com o objetivo de aferir a perceção dos inquiridos sobre a sua formação profissional. Como tal, adotamos uma abordagem não participante, isto é, não nos integramos na amostra estudada, mantendo a imparcialidade em relação aos inquiridos.

5. Amostra

A amostra consiste numa “parcela convenientemente selecionada do universo (população)” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 163). Por sua vez, universo, “em contexto de investigação, significa o conjunto de elementos (indivíduos, pessoas, grupos, objetos, etc.) que se pretende estudar” (Afonso et al., 2016, p. 65). O universo do nosso estudo compreende todos os investigadores criminais das EIC do COMETLIS, perfazendo um total de 437 elementos, distribuídos da seguinte forma: 42 da 1ª EIC; 32 da 2ª EIC; 33 da 3ª EIC; 35 da 4ª EIC; 31 da 5ª EIC; 47 da EIC – Amadora; 42 da EIC – Cascais; 52 da EIC – Loures; 37 da EIC – Oeiras; 52 da EIC – Sintra; e 34 da EIC – Vila Franca de Xira. Nas palavras de Gil (2008), os universos de pesquisa podem classificar-se em finitos e infinitos, conforme o número de elementos exceda ou não exceda os 100.000, respetivamente. Desta forma, o universo do nosso estudo é classificado de finito.

Depois de definido o universo, e dada a dimensão elevada, é necessário recorrer à “construção de uma amostra representativa, suscetível de ser estudada, de forma a

permitir chegar a conclusões extrapoláveis aos restantes elementos (pessoas, grupos, objetos, que partilham características comuns) da população (generalização)” (Afonso et al., 2016, p. 66). Dada a igual probabilidade de cada elemento do nosso universo poder vir a integrar a amostra, obtendo-se desta forma, melhores índices de representatividade, a nossa amostra é classificada de “amostra probabilística ou aleatória” (Afonso et al., 2016). Segundo Afonso et al. (2016), a amostra probabilística é a única que proporciona ao investigador a possibilidade de determinar a margem de erro da uma generalização. Para ser definido o tamanho da nossa amostra tivemos em conta a homogeneidade do nosso universo, atendendo as variáveis em estudo; a análise das características em estudo e a sua distribuição no universo; e a definição de graus de confiança toleráveis, seguindo as recomendações de Correia e Pardal (1995).

No que concerne ao erro tolerável, Afonso et al. (2016) referem que ao atribuir-se a este o valor de 5%, que exprime, portanto, a percentagem de incertezas, significa que há a probabilidade de 95% da amostra representar o universo de onde foi retirada. Sobre tal, sabemos ainda que quanto maior for o tamanho da amostra, menor será o erro amostral, mas “o que devemos fazer em primeiro lugar é definir a percentagem de erro admissível e, a partir daí, calcular o tamanho da amostra, e não o contrário” (Afonso et al., 2016, p. 72). Desta forma, recorreremos à fórmula para o cálculo da dimensão da amostra para uma população finita, apresentada por Sarmiento (2013), conforme a Equação 1, onde (n) representa a dimensão da amostra, (N) representa o total do universo/população finita, (ε) é o erro amostral e ($Z_{\alpha/2}$) corresponde à distribuição normal já padronizada (Sarmiento, 2013).

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{\varepsilon^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Equação 1- Cálculo da dimensão da amostra para uma população finita.
Fonte: Sarmiento (2013, p. 91).

Recorrendo à fórmula apresentada, definimos $p = 0,5$ por não se conhecer a proporção, optando pela hipótese mais pessimista (Sarmiento, 2013) e, tal como indica Afonso et al. (2016), $p = 0,5$ é o valor mais frequentemente utilizado nestes casos. Atendendo a que “p” assume o valor de “0,5”, então, $Z_{\alpha/2} = 1,96$ (Afonso et al., 2016). Relativamente ao erro amostral sabe-se que $\varepsilon = 1 - \lambda$, sendo que λ é o nível de confiança desejado para este estudo que corresponde a 95% ($\lambda = 0,95$), concluímos que $\varepsilon = 0,05$ (1-

0,95). Quanto ao total da nossa população, $N = 437$. Assim, obtemos $n = 205$, como sendo a amostra representativa do universo e a necessária para a realização deste estudo. Tendo em conta o universo do nosso estudo, foram solicitadas respostas ao questionário a 437 investigadores criminais do COMETLIS, obtendo-se um total de 239 questionários respondidos e válidos, embora para a nossa amostra necessitarmos apenas de 205 respostas.

A amostra do nosso estudo pode ainda ser classificada de estratificada que, para Fortin (2003) é aquela que “requer a divisão da população em estudo em grupos homogêneos designados estratos, havendo depois lugar à construção aleatória de uma amostra em cada um dos grupos” (p. 206). Para Afonso et al. (2016) a homogeneidade dos grupos é “avaliada em função de um certo número de características precisas e específicas do estudo em questão, que têm uma correspondência direta com as suas variáveis e indicadores” (p. 69). Desta forma, a amostra estratificada permite-nos especificar quantos elementos do universo são retirados de cada estrato, porque como afirma Sarmento (2013), no caso de não o fazermos correríamos o risco de os estratos não estarem convenientemente representados. Na Tabela 1 está demonstrada a amostra estratificada do nosso estudo, por carreira de Oficial, Chefe e Agente.

Tabela 1 - Amostra estratificada por carreira de Oficial, Chefe e Agente.

	UNIVERSO	PROPORÇÃO (%)	AMOSTRA CALCULADA	AMOSTRA OBTIDA
OFICIAIS	11	3	6	8
CHEFES	36	8	17	23
AGENTES	390	89	182	208
TOTAL	437	100	205	239

Conforme o demonstrado na Tabela 1, obtivemos um total de 239 questionários válidos, de entre os quais 8 pertencentes a oficiais, 23 a chefes e 208 a agentes, obtendo-se amostras acima daquelas se seriam necessárias, em todos os estratos.

6. Instrumentos de recolha de dados

Para recolher os dados necessários foi aplicado um questionário a todo o efetivo das EIC do COMETLIS, englobando assim o total de 11 Esquadras. Lakatos e Marconi

(2003) enumeram algumas vantagens da aplicação deste instrumento para recolher dados, nomeadamente, a obtenção de um grande número de dados; respostas mais rápidas e mais precisas; a extensão a um maior número de pessoas em simultâneo e maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. Campenhoudt, Quivy e Marquet (2019) apresentam também como vantagens a “possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação” (p. 257). O nosso questionário classifica-se de administração direta, uma vez que foram os próprios inquiridos que o preencheram (Campenhoudt et al., 2019).

A parte I do nosso questionário é composta por quatro questões, todas elas fechadas e de resposta única, que servem para a caracterização sociodemográfica da amostra. Na parte II é solicitada resposta a dados de caracterização da amostra, relativamente a características policiais, contemplando um total de cinco questões, todas de resposta única e fechada. Relativamente à parte III, que incide sobre a formação dos investigadores criminais, pretendeu-se obter informação sobre variáveis como a quantidade, qualidade, utilidade e adequabilidade das formações, de modo a entender qual a perceção do investigador criminal em relação à formação que lhe é ministrada. Para tal, esta parte inclui dezoito questões, duas das quais fechadas de resposta única, uma de resposta aberta, uma de escolha múltipla em leque aberto e quatorze questões fechadas com resposta tipo escala de Likert (“Nunca” a “Sempre” e “Nada adequado” a “Bastante adequado”).

7. Procedimentos

A difusão do nosso instrumento de recolha de dados foi precedida de uma solicitação formal à Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, através do Exmo. Senhor Diretor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, conforme o Apêndice A. Parte das questões do nosso questionário foram replicadas de um estudo realizado por Chanfana (2011), pelo que foi utilizada a Escala de Avaliação da Perceção da Importância da Formação (E_APIF), devidamente validada no referido estudo, cujo objetivo é “avaliar qual a opinião que os elementos da PSP têm em relação à formação que é ministrada na instituição” (Chanfana, 2011, p. 126). Foi aplicado o pré-teste do questionário a 33 pessoas que não fazem parte da nossa amostra e tidas em consideração as observações tecidas por estes, bem como o tempo de preenchimento que variou entre

quatro e seis minutos. Depois da fase de pré-teste foi concluída a versão final do nosso questionário, conforme apresentado no Apêndice B.

A divulgação do nosso questionário, a todos os elementos que integram a amostra, efetuou-se através do *link* que lhes permitiu responder ao questionário através do “Google Forms”, uma ferramenta de construção de inquéritos *online* que permite a resposta garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas. Os inquiridos responderam via *e-mail*, não havendo qualquer imposição quanto ao momento em que devia ser preenchido o questionário, traduzindo-se, desta forma, numa maior autonomia do inquirido em escolher o momento mais oportuno. O período de recolha de dados perdurou por um mês, tendo como data de início o dia 6 de março e *terminus* no dia 6 de abril.

8. Instrumento de análise de dados

Para o tratamento e análise estatística dos dados recolhidos, recorremos ao *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* - versão 22.0 para *Windows*) e ao Microsoft Office Excel 2016.

Para a descrição da amostra procedeu-se à análise de estatísticas descritivas das variáveis em estudo, bem como à realização de testes de Qui-quadrado. A análise da distribuição normal da amostra foi assegurada, tendo em conta os valores de assimetria ($<|3|$) e de curtose ($<|10|$) (Kline, 2011), conforme demonstram as Tabelas 1C, 2C, 3C, 4C e 5C, o que nos permitiu a utilização de testes paramétricos. O teste de Levene permitiu-nos ainda analisar a homogeneidade das variâncias, tendo em consideração valores de $p \geq .05$, como indicativos da presença de variâncias homogêneas (Morôco, 2010).

Para a análise da existência de relações entre a observação idealizada e a teoria, recorremos ao coeficiente de correlação de Pearson. Segundo Pestana e Gageiro (2014), um coeficiente de correlação inferior a .20 traduz uma associação muito baixa entre as variáveis; um valor entre .21 e .39 indica uma associação baixa; entre .40 e .69 uma associação moderada; entre .70 e .89 traduz-se numa associação elevada e, superior a .90 uma associação muito elevada, valores de referência por nós utilizados. O nível de significância (p) foi definido em 0,05 (5%). Os quadros elaborados e apresentados na análise e discussão de resultados objetivam o esclarecimento e uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

1. Caracterização da amostra

A amostra final do nosso estudo integra 239 sujeitos ($n = 239$), dos quais 224 (94%) são do género masculino e 15 (6%) do género feminino. Quanto à idade dos sujeitos, estes encontram-se distribuídos por quatro faixas etárias: 108 (45,2%) entre os 41 e os 50 anos, 86 (36%) entre os 31 e 40 anos, 31 (13%) com mais de 50 anos e 14 (5,9%) entre os 21 e 30 anos. Relativamente ao estado civil, a maioria dos sujeitos ($n = 199$; 83,3%) estão casados ou em união de facto, 24 (10%) estão solteiros e 16 (6,7%) estão divorciados ou separados. Quanto à escolaridade esta amostra apresenta 229 (95,8%) sujeitos com o ensino secundário e 10 (4,2%) com o ensino superior, não se verificando nenhum inquirido com o ensino básico.

Na categoria policial verifica-se que 208 (87,1%) dos respondentes situam-se na categoria de agente, 23 (9,6%) pertencem à categoria de chefe e 8 (3,3%) correspondem à categoria de oficial. Quanto ao tempo a que desempenham funções na PSP, 70 (29,3%) fazem-no há mais de 21 anos, outros 70 (29,3%) entre 16 e 20 anos, 62 (25,9%) desempenham no período compreendido entre os 11 e os 15 anos e, por fim, 31 entre 6 e 10 anos (13%). Quanto ao tempo a que pertencem à valência da IC, 73 (30,5%) dos inquiridos responderam pertencer entre 11 e 15 anos, seguido por aqueles que desempenham funções entre os 16 a 20 anos, fazendo um total de 57 (23,8%). O período entre os 6 e 10 anos foi representado por 42 (17,6%) sujeitos, enquanto que o período entre 1 e 5 anos foi representado por 37 inquiridos (15,5%). Com a menor representatividade, 30 (12,6%) responderam fazê-lo há mais de 21 anos.

A distribuição da nossa amostra por EIC, é a seguinte: 29 (12,1%) pertencem à EIC da Divisão Policial de Sintra; 27 (11,3%) integram a EIC da Divisão Policial de Loures; 26 (10,9%) fazem parte da EIC da Divisão Policial da Amadora; a EIC da Divisão Policial de Cascais e a EIC da 1ª Divisão Policial apresentam 23 (9,6%) sujeitos, cada uma; 22 (9,2%) situam-se na EIC da 4ª Divisão Policial; 19 (7,9%) pertencem à EIC da 3ª Divisão Policial; as EIC das Divisões Policiais de Oeiras e Vila Franca de Xira, bem como a EIC da 2ª Divisão Policial apresentam 18 (7,5%) do total de sujeitos, cada uma; por fim surge a EIC da 5ª Divisão Policial com 16 (6,7%) inquiridos.

Na função que desempenham, os sujeitos distribuem-se da seguinte forma: 121 (50,6%) na BIC; 42 (17,6%) na BPC; 26 (10,9%) na BSP; 16 (6,7%) na EA; 13 (5,4%) na ULIC; 10 (4,2%) na Função de Comando; 3 (1,3%) nos Inquéritos; ficando os restantes 6 (3,3%) afetos a investigação em crimes de violência doméstica e na coordenação das Brigadas.

A Tabela 1D evidencia a caracterização da amostra quanto ao género, idade, estado civil, escolaridade, categoria policial, tempo a desempenhar função na PSP, bem como na IC e qual a função desempenhada.

2. Ações de formação

Em matéria respeitante às ações de formação, constatamos que, relativamente ao número de formações frequentadas depois do CIC, as respostas variam entre 0 e 6, distribuindo-se da seguinte forma: 149 (62,3%) responderam 0; 43 (18%) correspondem 1 formação; 24 (10%) responderam ter frequentado 2 formações; 10 (4,2%) responderam 3; 9 (3,7%) mencionaram 4 como resposta; 3 (1,3%) responderam 5 formações e, 1 (0,4%) disse ter frequentado 6 formações.

No fator “utilidade” da formação, 107 (44,8%) indicaram que nunca tiveram utilidade; 48 (20,1%) responderam que têm utilidade algumas vezes; 40 (16,7%) indicaram “muitas vezes” como resposta; 30 (12,6%) responderam que as formações têm sempre utilidade no desempenho das suas funções e 14 (5,9%) afirmaram que poucas vezes têm utilidade.

Quanto à importância atribuída à formação, as respostas distribuem-se da seguinte maneira: 200 (83,7%) indicaram “muito importante” como sendo a sua resposta; 31 (13%) mencionaram ser importante e 8 (3,3%) responderam ser razoavelmente importante, não se verificando respostas para os itens “pouco importante” e “nada importante”.

No que concerne às áreas em que os investigadores criminais necessitam de formação, 154 (64,4%) informaram necessitar de formação em análise de informações criminais; 129 (54%) selecionaram a área jurídico-penal como necessidade; 119 (49,8%) indicaram “cibercriminalidade”; 141 (59%) responderam “técnicas de entrevista e interrogatório e intervenção em tribunal”; 120 (50,2%) mencionaram como necessidade a pesquisa encoberta de informações; 78 (32,6%) responderam “técnicas de intervenção policial” e 49 (20,5%) indicaram “tiro” como resposta.

Depois da pergunta 19, seguem-se um conjunto de nove questões, cujas respostas variam numa escala de 1 a 5 (onde 1 = nada adequado e 5 = bastante adequado), cujo objetivo foi avaliar a percepção global dos inquiridos acerca da formação ministrada, avaliando, para tal diferentes aspetos da formação. A classificação atribuída por cada sujeito foi somada atribuindo-se, assim, um valor final que pode variar entre 9 (para um sujeito que tenha respondido “1” às nove questões) e 45 (para um sujeito que tenha respondido “5” em todas as nove questões). A Tabela 1E apresente a frequência e a percentagem dos valores obtidos no conjunto das nove questões.

Em relação à adequabilidade das ações de formação, a resposta mais frequente foi “nada adequado”, com 100 (42%) respostas, seguindo-se o item “pouco adequado”, com uma frequência de 30 (12%). Quanto às técnicas e aos métodos pedagógicos que os formadores utilizam, as respostas situam-se entre “nada adequado” com 87 (36%) respostas e “bastante adequado” com 5 (2%) respostas. No que concerne à competência dos formadores, a resposta mais frequente foi “nada adequado”, com 91 (38%) inquiridos com a mesma opinião, contrastando com 9 (4%) que responderam “bastante adequado”. Relativamente às técnicas que o formador utiliza para avaliar as ações de formação 95 (40%) das respostas obtidas foram “nada adequado” e 3 (1%) foram “bastante adequado”.

Em relação às matérias lecionadas nas ações de formação, 89 (37%) sujeitos responderam “nada adequado”, sendo a segunda condição mais frequente o “adequado”, com uma frequência de 71 (30%) respostas. Quanto ao número de formações que o sujeito teve, enquanto investigador criminal a opinião de 141 (59%) inquiridos é “nada adequado” enquanto que 1 (1%) considera “bastante adequado”. Quanto à classificação da formação em relação à exigência processual 50% (121) dos inquiridos responderam “nada adequado” e apenas 2% (4) responderam “bastante adequado”. Na classificação acerca da formação que lhe foi ministrada, 109 (46%) dos sujeitos responderam “nada adequado” e 5 (2%) responderam “bastante adequado”.

Por fim, em relação à autoformação, as respostas dividem-se nos cinco parâmetros, sendo que 34 (14%) consideram “nada adequado” e 11 (5%) responderam “bastante adequado”. A Tabela 1F, apresenta a sumula do supramencionado, apresentando a frequência de respostas obtidas para cada uma das questões.

3. Análise preliminar dos dados

Conforme se pode constatar pelas Tabelas 1C, 2C, 3C, 4C e 5C, foi verificado se existiam casos omissos na nossa amostra, o que não se verificou e, portanto, não se procedeu à eliminação de qualquer resposta ao questionário (Allison, 2002).

Tal como explica Morôco (2010), existem duas metodologias para estudar a nossa amostra: os testes paramétricos e os testes não paramétricos. O mesmo autor argumenta que “de um modo geral, a potência dos testes paramétricos é superior à dos testes não paramétricos” (p. 185) e que “na verdade, os testes não paramétricos devem apenas utilizar-se quando não existe alternativa” (p. 185). Para que seja possível a aplicação de testes paramétricos é necessária a verificação de duas condições: que a variável dependente possua distribuição normal e que as “variâncias populacionais sejam homogêneas caso estejamos a comparar duas ou mais do que duas populações” (Morôco, 2011, p. 185). No caso do nosso estudo, apenas deverá ser testada a primeira condição, dado que a segunda não se aplica. Assim sendo, para testar a normalidade das nossas variáveis, o teste utilizado foi o teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S).

Quando calculada a normalidade das variáveis em estudo na presente investigação, constatamos que, na sua generalidade, estas seguem uma distribuição normal (K-S, $p > .05$) e, portanto, capazes de serem utilizadas em testes paramétricos. Verificou-se, no entanto, que a variável “habilitações literárias” regista valores de $p < .05$, apresentando desvios nos valores de assimetria (sk) e achatamento (ku), com $sk = 4,605$ e $ku = 19,372$, conforme apresentado na Tabela 1C. Kline (2011) indica que os testes paramétricos são robustos para valores absolutos de assimetria inferiores a 3 e valores absolutos de achatamento inferiores a 10. Contudo, tendo em conta que para esta variável não se verificou qualquer resposta no parâmetro “ensino básico”, a variável não apresenta desvios que comprometam a normalidade da distribuição, sendo considerados aceitáveis valores de $sk > 3$ e de $ku > 10$, segundo Kline (2011), pelo que foi utilizada estatística paramétrica.

4. Discussão dos resultados

Após terem sido apresentados os resultados da aplicação do inquérito por questionário, conforme consta nos pontos anteriores, debruçamo-nos agora sobre a discussão desses mesmos resultados, testando as hipóteses apresentadas neste estudo.

Relativamente à **HP 1: “A formação oferecida pela PSP demonstra-se desadequada em relação às exigências processuais”**, demonstrou-se que esta hipótese se considera verificada no nosso estudo. Recorrendo à questão 26 do nosso questionário, a qual assume respostas que variam numa escala de 1 a 5, onde 1 = nada adequado e 5 = bastante adequado, obteve-se uma média de respostas de 1,86 com a pontuação máxima de 5 e mínima de 1, situando-se, assim, entre os parâmetros “nada adequado” e “pouco adequado”, conforme demonstra a Tabela 2. A análise da Tabela 3 evidencia que a maioria dos investigadores criminais classificam a formação como nada adequada (50,6%), contrastando com apenas 1,7 % a classificá-la como bastante adequada.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas da variável classificação face à exigência processual.

N	Válido	239
	Omisso	0
Média		1,86
Mínimo		1
Máximo		5

Tabela 3 - Frequência (%) de respostas ao item classificação face à exigência processual.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada adequado	121	50,6	50,6	50,6
	Pouco adequado	54	22,6	22,6	73,2
	Adequado	45	18,8	18,8	92,1
	Muito adequado	15	6,3	6,3	98,3
	Bastante adequado	4	1,7	1,7	100,0
	Total	239	100,0	100,0	

No que concerne à **HP 2: “As variáveis independentes influenciam a perceção global que os investigadores criminais têm acerca da sua formação”**, podemos adiantar que à exceção do fator idade, todos os outros fatores têm influência na forma como os investigadores criminais percecionam, na globalidade, a sua formação. No entanto, só alguns fatores apresentam valores estatisticamente significativos, tendo em conta os testes aplicados, para serem interpretados como variáveis que, efetivamente, influenciam a opinião dos inquiridos neste estudo. Dos valores obtidos nos testes abaixo apresentados, verificámos que o entendimento da perceção global da formação é

condicionado pelas habilitações literárias, categoria policial, tempo a desempenhar funções na IC e EIC onde exercem atividade. Desta forma, podemos afirmar que a hipótese apresentada é parcialmente confirmada, com exceção do fator idade.

A percepção global da formação é avaliada utilizando o conjunto das nove questões finais do nosso questionário. Tendo em conta as características das variáveis em estudo e do fator percepção global utilizou-se o teste de independência do Qui-Quadrado de Pearson, para verificar se as variáveis selecionadas como independentes (idade, habilitações literárias, categoria policial, tempo a que desempenha funções na IC e EIC onde presta serviço) interferem, de forma significativa a variação da variável dependente (percepção global). No sentido de facilitar a leitura e interpretação dos resultados, apresentámos em cada tabela a influência de cada variável secundária independente em relação ao fator percepção global.

Tabela 4 - Valores de Qui-quadrado entre a variável idade e o fator percepção global.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	109,359	93	,118
Razão de verossimilhança	111,819	93	,089
N de Casos Válidos	239		

Na Tabela 4 é apresentada a estatística do teste Qui-quadrado e a probabilidade de significância associada, na influência idade face ao fator percepção global. Como se pode verificar, o valor de $p > .05$, o que demonstra que não existe uma relação de dependência entre as variáveis em causa, ou seja, a idade não influencia a percepção global acerca da formação.

Tabela 5 - Valores de Qui-quadrado entre a variável habilitações literárias e o fator percepção global.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	52,556	31	,009
Razão de verossimilhança	32,467	31	,394
Associação Linear por Linear	8,170	1	,004
N de Casos Válidos	239		

A leitura da Tabela 5 permite-nos verificar que, os valores obtidos através do teste Qui-quadrado e a probabilidade de significância associada, para a variável habilitações literárias, apresentam o valor de $p = .009$; $p < .05$. Face a tal, é possível argumentar que as habilitações literárias influenciam a percepção global que os inquiridos têm acerca da formação que lhes é ministrada, tendo em conta as diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis.

Ainda relativamente às habilitações literárias, foi possível verificar que os sujeitos que possuem o ensino superior apresentam uma média mais elevada que os sujeitos que possuem o ensino secundário, isto significa que os indivíduos com o ensino superior têm uma percepção global mais favorável sobre a formação. É possível verificar pela análise da Tabela 6 que a média dos inquiridos com ensino secundário se situa nos 19,92 e que nos sujeitos com o ensino superior a média é de 28,20.

Tabela 6 - Estatísticas descritivas da variável habilitações literárias.

Habilitações Literárias		N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Ensino Secundário	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	229	9	41	19,92	8,853
	N válido (de lista)	229				
Ensino Superior	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	10	14	45	28,20	8,176
	N válido (de lista)	10				

Tabela 7 - Valores de Qui-quadrado entre a variável categoria policial e o fator percepção global.

	Valor	Gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	81,904	62	,046
Razão de verossimilhança	59,852	62	,554
Associação Linear por Linear	10,290	1	,001
N de Casos Válidos	239		

Através da análise dos dados apresentados na Tabela 7, verificamos que $p = .046$; $p < 0.5$, o qual corresponde ao valor apresentado sobre a influência da variável independente categoria policial sobre a percepção global da formação. Podemos aferir que a categoria policial (Oficial, Chefe e Agente) tem influência na percepção que os inquiridos têm sobre a formação.

Tabela 8 - Estatísticas descritivas da variável categoria policial.

Categoria Policial		N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Agente de Polícia	TOTAL_QUEST_ FORMAÇÃO	208	9	41	19,67	8,875
	N válido (de lista)	208				
Chefe de Polícia	TOTAL_QUEST_ FORMAÇÃO	23	11	37	22,39	7,884
	N válido (de lista)	23				
Oficial de Polícia	TOTAL_QUEST_ FORMAÇÃO	8	14	45	29,75	8,940
	N válido (de lista)	8				

A Tabela 8 demonstra que é a categoria de Oficial de polícia que apresenta uma média mais elevada (29,75), significando que são os inquiridos desta categoria policial que apresentam uma melhor percepção sobre a formação. Quando analisados os dados aqui apresentados com os dados da Tabela 6, onde concluímos que os sujeitos com o ensino superior apresentam uma percepção mais favorável em relação à formação, e sabendo que os indivíduos pertencentes à categoria de Oficial de polícia possuem, maioritariamente, o

ensino superior, entendemos que a variável Oficial de polícia e a variável ensino superior apresentem resultados idênticos.

Tabela 9 - Estatísticas descritivas da variável utilidade.

Utilidade		N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Agente de Polícia	Utilidade	208	1	5	2,35	1,473
	N válido (de lista)	208				
Chefe de Polícia	Utilidade	23	1	5	3,13	1,604
	N válido (de lista)	23				
Oficial de Polícia	Utilidade	8	2	5	3,50	,926
	N válido (de lista)	8				

A Tabela 9 mostra, através dos resultados apresentados, que é para a categoria de Oficial de polícia que se verifica a média mais elevada no fator da utilidade da formação, em que a média verificada é de 3,50. Significa isto que são os oficiais de polícia que atribuem maior utilidade à formação que lhes é ministrada, fator este que pode afetar positivamente a percepção apresentada acerca da formação.

Tabela 10 - Estatísticas descritivas da variável aplicação de conhecimentos.

Aplicação de conhecimentos		N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Agente de Polícia	Aplicação de conhecimentos	208	1	5	2,38	1,460
	N válido (de lista)	208				
Chefe de Polícia	Aplicação de conhecimentos	23	1	5	3,17	1,527
	N válido (de lista)	23				
Oficial de Polícia	Aplicação de conhecimentos	8	3	5	3,88	,835
	N válido (de lista)	8				

Através da Tabela 10 é possível verificar que também para a variável aplicação de conhecimentos, é a categoria de Oficial de polícia que apresenta a média mais elevada

(3,88), quer isto dizer que são os oficiais de polícia que apresentam uma melhor percepção sobre a aplicação de conhecimentos oriundos das formações.

Recorrendo à análise de variância ANOVA para os dois fatores: utilidade da formação e aplicação de conhecimentos, concluímos que para os dois fatores, para além de existirem diferenças entre as médias de respostas nas três categorias de polícia, essa diferença é significativa entre os três grupos. As Tabelas 11 e 12 apresentam os valores obtidos, através da análise da variância ANOVA para as variáveis utilidade e aplicação de conhecimentos.

Tabela 11 - Valores ANOVA para a variável utilidade.

Utilidade	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	21,459	2	10,730	4,946	,008
Nos grupos	511,989	236	2,169		
Total	533,448	238			

Tabela 12 - Valores ANOVA para a variável aplicação de conhecimentos.

Aplicação de conhecimentos	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	28,314	2	14,157	6,717	,001
Nos grupos	497,410	236	2,108		
Total	525,724	238			

Tabela 13 - Valores de Qui-quadrado entre a variável tempo a desempenhar funções na IC e o fator percepção global.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	159,181	124	,018
Razão de verossimilhança	177,627	124	,001
Associação Linear por Linear	19,751	1	,000
N de Casos Válidos	239		

Observando a Tabela 13 com os dados apresentados através do teste Qui-quadrado e a probabilidade de significância associada, verificamos que $p = .018$; $p < .05$, o que corresponde ao valor apresentado da variável “tempo a desempenhar funções na IC” sobre a percepção global da formação. Podemos aferir que o tempo que os inquiridos desempenham funções na IC, influencia a percepção que têm sobre a formação. A leitura da Tabela 14 permite afirmar, ainda, que são os inquiridos com menos tempo a desempenhar funções na IC (entre 1 e 5 anos) que apresentam a média mais elevada relativamente à percepção global da formação, isto é, são estes os sujeitos que têm a melhor percepção da formação. Da Tabela 14 percebe-se, igualmente, que a média vai diminuindo, ainda que não sejam diferenças muito significativas, à medida que o tempo a desempenhar funções vai aumentando. O gráfico da Figura 2 mostra a linha de tendência da média relativa à percepção global da formação, em relação ao tempo decorrido a desempenhar funções na IC.

Tabela 14 - Estatística descritiva da variável tempo a desempenhar funções na IC.

Tempo a desempenhar funções na IC		N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Entre 1 a 5 anos	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	37	9	45	25,38	7,112
	N válido (de lista)	37				
Entre 6 a 10 anos	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	42	9	39	22,57	8,546
	N válido (de lista)	42				
Entre 11 a 15 anos	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	73	9	41	19,03	9,280
	N válido (de lista)	73				
Entre 16 a 20 anos	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	57	9	36	18,47	8,854
	N válido (de lista)	57				
Mais de 21 anos	TOTAL_QUEST_FORMAÇÃO	30	9	35	17,17	8,200
	N válido (de lista)	30				

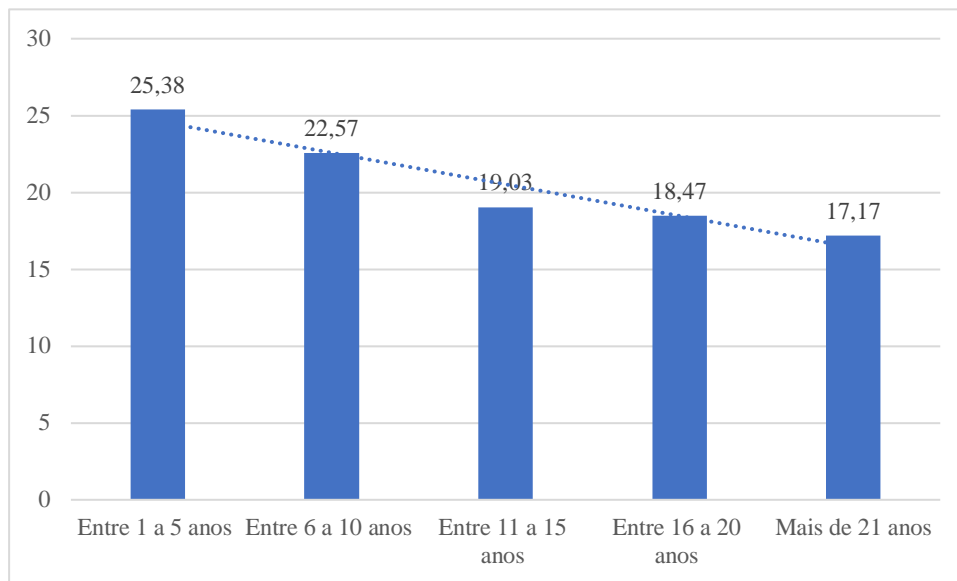


Figura 2- Média da variável percepção da formação em relação ao tempo a desempenhar funções na IC.

Relativamente à última variável independente analisada (EIC onde o inquirido presta serviço) constatamos pelos resultados apresentados na Tabela 15 que $p = .000$; $p < .05$. Desta forma é perceptível que a variável “EIC” afeta o fator percepção global, na medida em que, dependendo da EIC onde exercem funções, a percepção que os investigadores criminais têm sobre a formação varia.

Tabela 15 - Valores de Qui-quadrado entre a variável EIC e o fator percepção.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	422,559	310	,000
Razão de verossimilhança	393,315	310	,001
Associação Linear por Linear	3,942	1	,047
N de Casos Válidos	239		

Tabela 16 - Valores de Qui-quadrado entre a variável EIC e o fator utilidade.

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	91,662	40	,000
Razão de verossimilhança	102,107	40	,000
Associação Linear por Linear	1,121	1	,290
N de Casos Válidos	239		

De modo a entendermos melhor a razão pela qual a percepção da formação varia consoante a EIC onde o inquirido desenvolve o seu trabalho, estudámos a variável EIC e o fator utilidade. A Tabela 16 apresenta os resultados para o teste Qui-quadrado, entre a variável EIC e o fator utilidade, onde $p = .000$ e, portanto, entendemos que a EIC onde os inquiridos prestam serviço vai influenciar a utilidade que as formações têm para o desenrolar das suas atividades. Percebemos assim, que o fator utilidade influencia, de forma positiva, a percepção global da formação.

Para a **HP 3: “A formação constitui-se como uma ferramenta de grande importância para os investigadores criminais”** foi analisada a Tabela 17 abaixo apresentada, relativamente a dados estatísticos da variável “importância da formação”. Estes dados são produzidos através da questão 18 do nosso questionário, onde a resposta varia na escala de Likert entre “nada importante” e “muito importante”. Como se pode verificar, 83,7% dos inquiridos consideram que a formação é muito importante para os investigadores criminais, seguida do item “importante”, com uma representatividade de 31 (13%) sujeitos. Ressalta ainda à vista que não se verificam respostas nos itens “nada importante” e “pouco importante”.

Foi possível ainda verificar que a faixa etária dos 6 aos 10 anos de serviço na IC é a que apresenta a média (4,88) mais elevada em relação à importância atribuída à formação, contrastando com os sujeitos que se situam entre 1 e 5 anos, que apresentam uma média de 4,70.

Tendo em consideração a opinião da nossa amostra de investigadores criminais, a nossa hipótese considera-se, de facto, verificada.

Tabela 17 - Estatística descritiva da variável importância da formação.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Razoavelmente importante	8	3,3	3,3	3,3
	Importante	31	13,0	13,0	16,3
	Muito importante	200	83,7	83,7	100,0
	Total	239	100,0	100,0	

A HP 4: “A quantidade e os conteúdos das formações não são adequados à função dos investigadores criminais” considera-se verificada. Ao atentarmos os dados apresentados na Tabela 18, facilmente verificámos que as médias apresentadas para as duas questões são representativas de uma opinião desfavorável dos inquiridos. A variável “número de formações” é a que apresenta a média mais baixa (1,62), situando-se a opinião dos sujeitos entre os itens “nada adequado” e “pouco adequado”. Apesar da variável “matérias lecionadas” apresentar uma média (2,33) maior que a média para o número de formações, esta representa, igualmente, uma opinião negativa dos investigadores criminais face às matérias lecionadas nas formações. A opinião dos sujeitos situa-se entre os parâmetros “pouco adequado” e “adequado”. As estatísticas apresentadas no gráfico da Figura 3, revelam que para a variável “número de formações” 59% dos inquiridos consideram que o número de formações se revela nada adequado e apenas 1 sujeito indicou ser bastante adequado. No que concerne às matérias lecionadas, 89 (37,2%) consideram as matérias nada adequadas à função. No entanto, a segunda condição mais frequente foi o adequado, com 29,7% das respostas.

Tabela 18 - Estatística descritiva das variáveis número de formações e matérias lecionadas.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio
Número de formações	239	1	5	1,62	,880
Matérias lecionadas	239	1	5	2,33	1,203
N válido (de lista)	239				

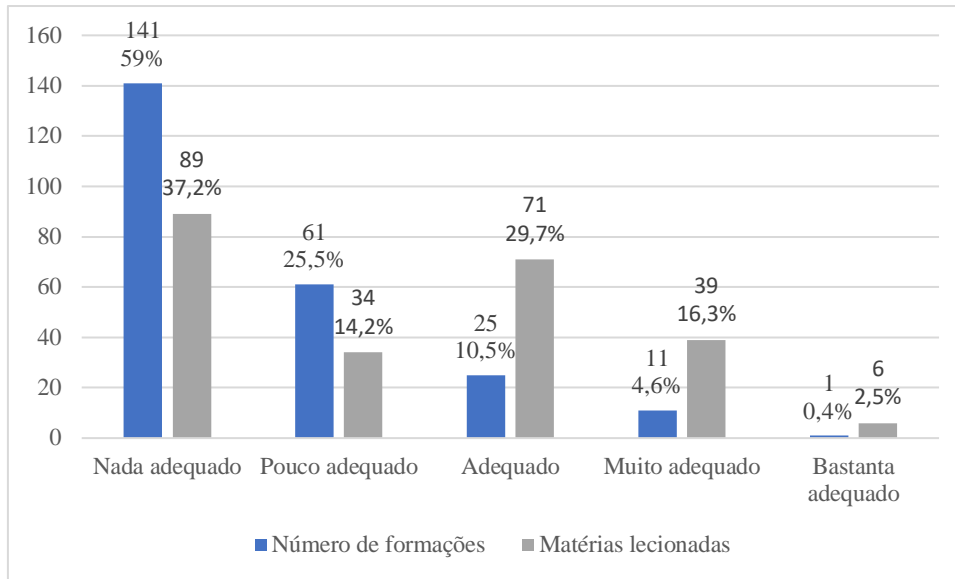


Figura 3 - Estatísticas descritivas das variáveis número de formações e matérias lecionadas.

A nossa **HP 5: “O investigador criminal que desempenha funções há mais tempo tem menos necessidade de formação”** confirma-se, para este estudo. Com o objetivo de explorar as associações entre o tempo a que o investigador criminal desempenha funções na IC e a necessidade de formação, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson. Para a nossa amostra, os resultados do coeficiente de correlação de Pearson, apresentados na Tabela 19, indicam que o tempo a que o sujeito desempenha funções na IC se correlaciona significativa e negativamente com a necessidade de formação, sendo a correlação considerada por Pestana e Gageiro (2014) baixa ($r = -.212$). Apesar de se tratar de uma correlação considerada baixa, esta associação sugere que um maior tempo a desempenhar funções na IC, está associada a uma menor necessidade de formação.

Tabela 19 - Valores obtidos na correlação entre a variável tempo a desempenhar funções na IC e o fator soma das necessidades.

		Soma das necessidades	Tempo a desempenhar funções na IC
Soma das necessidades	Correlação de Pearson	1	-,212**
	Sig. (2 extremidades)		,001
	N	239	239
Tempo desempenhar funções na IC	Correlação de Pearson	-,212**	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	
	N	239	239

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Constatou-se ainda que na questão da necessidade de formação, são os investigadores criminais a desempenhar funções entre 1 e os 5 anos aqueles que apontaram um maior número de áreas para as quais necessitam de formação, com um mínimo de 1, um máximo de 12 e uma média de 4,32.

A HP 6: “A aplicabilidade e a utilidade das formações variam em função da categoria policial”, sugere que a categoria policial afeta a aplicabilidade e a utilidade das formações. Para testar esta hipótese recorreremos, uma vez mais, a valores obtidos através do teste Qui-quadrado e a probabilidade de significância associada, na influência da categoria policial aos fatores aplicabilidade e utilidade das formações. Como podemos verificar pelas Tabelas 20 e 21, o valor de $p > .05$ nos dois fatores, o que denota que não existe uma relação de dependência entre as variáveis em causa, ou seja, a categoria policial não influencia a aplicabilidade e a utilidade que as formações têm, na opinião dos inquiridos.

Deste modo, a HP 6 do nosso estudo considera-se não verificada, na medida em que $p > .05$ e, portanto, não existe relação entre a aplicabilidade e a utilidade das formações com a categoria policial. Este facto poderá ser explicado pela disparidade na representatividade das três categorias policiais, dado que a nossa amostra contempla um total de 208 (87%) agentes, 23 (10%) chefes e 8 (3%) oficiais.

Tabela 20 - Valores de Qui-quadrado entre a variável aplicabilidade e o fator categoria policial.

Aplicabilidade	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	14,689	8	,065
Razão de verossimilhança	17,499	8	,025
Associação Linear por Linear	12,806	1	,000
N de Casos Válidos	239		

Tabela 21 - Valores de Qui-quadrado entre a variável utilidade e o fator categoria policial.

Utilidade	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	14,823	8	,063
Razão de verossimilhança	18,122	8	,020
Associação Linear por Linear	9,327	1	,002
N de Casos Válidos	239		

Relativamente aos objetivos definidos no nosso estudo, apresentámos, de seguida, a sua verificação.

O objetivo geral de perceber se a PSP disponibiliza formação adequada aos investigadores criminais para o correto desempenho de funções, foi cumprido na integra. Para tal, procedeu-se a uma análise da estrutura curricular dos CIC desde 2001, bem como das formações contínuas no âmbito da IC. Verificou-se, assim, que a formação disponibilizada pela PSP aos investigadores criminais se encontra desadequada, quer pela análise da evolução da estrutura curricular, quer pela perceção que os próprios investigadores criminas têm sobre a sua formação.

Quanto aos objetivos específicos, constatou-se que:

O objetivo de verificar quais as formações, no âmbito da formação contínua, existentes para investigadores criminais, qual a sua periodicidade e frequência de formandos, encontra-se estudado no capítulo III, ponto 3 (A Formação na Investigação Criminal) do nosso trabalho. Verificámos quais as formações contínuas existentes ao nível da IC, e que não existe regularidade quanto à realização destas. Quanto à frequência de formandos verificou-se que apesar de não ser uma diminuição regular, o número de formandos nas três categorias policiais tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Concluímos, assim, que este objetivo foi cumprido.

Um outro objetivo a que nos propusemos foi o de analisar que influência têm as variáveis independentes (idade, habilitações literárias, categoria policial, tempo a que desempenha funções na IC e EIC onde presta serviço) na perceção global atribuída pelos investigadores criminais à sua formação. Este objetivo relaciona-se com a HP 2 do nosso estudo, onde concluímos que apenas a variável idade, não influencia a perceção que os investigadores criminais têm sobre a formação que lhes é ministrada. Significa isto que, a perceção global da formação não varia em razão da idade do inquirido, ao contrário do que se verifica para os restantes fatores estudados.

Quanto ao objetivo de averiguar qual a importância que o investigador criminal atribui à sua formação e a sua adequabilidade face às exigências processuais, concluímos através da análise da estatística descritiva da variável importância da formação, presente na Tabela 17, que 83,7% dos inquiridos consideram que a formação é muito importante e 31 (13%) consideram importante, numa escala que varia entre “nada importante” e “muito importante”. Quanto à adequabilidade face às exigências processuais, a Tabela 3 clarifica que a maioria dos investigadores criminais classificam a formação como nada adequada (50,6%), contrastando com apenas 1,7% a classificá-la como bastante adequada. Podemos afirmar, desta forma, que o objetivo da nossa investigação foi cumprido.

Outro dos objetivos da nossa investigação era aquilatar qual a perceção dos investigadores criminais quanto à quantidade e conteúdos das suas formações. Este objetivo considera-se cumprido, na medida em que conseguimos verificar que as médias

apresentadas para estas duas variáveis são muito baixas, 1,62 para a quantidade de formações e 2,33 para os conteúdos lecionados. Entendemos então que a percepção dos sujeitos em relação à quantidade e aos conteúdos das formações situa-se entre os itens “nada adequado” e “adequado”.

Por fim, o objetivo relativo à identificação de áreas em que há maior necessidade de formação, também foi cumprido. A questão 19 do nosso questionário permitiu-nos perceber que as áreas onde se verifica uma maior necessidade de formação são, conforme verificado na Tabela 1G, a análise de informações criminais (147; 61,5%); técnicas de entrevista e interrogatório e intervenção em tribunal (135; 56,5%); área jurídico-penal (130; 54,5%); cibercriminalidade (120; 50,2%); e pesquisa encoberta de informação (113; 47,3%). Para a análise optou-se por não contabilizar a resposta “não sinto necessidade de formação em nenhuma área” por não fazer sentido ser aplicada na análise das necessidades. Em relação à necessidade de formação foi feito o somatório da quantidade de necessidades apontadas por cada um dos sujeitos, obtendo-se como mínimo 1 (uma necessidade) e máximo 12 (12 necessidades). Este somatório permitiu perceber que 58 (24,3%) investigadores criminais mostram ter apenas uma necessidade, sendo esta a frequência mais vezes verificada, tal como apresentado na Tabela 2G.

CONCLUSÃO

O imparável devir civilizacional, em particular o fenómeno da globalização e o desenvolvimento tecnológico, trouxeram um conjunto de novas realidades criminais, que colocam em causa a afirmação perene de um legado de princípios e valores. A evolução de fenómenos associados a uma criminalidade cada vez mais globalizada, organizada, complexa, tecnológica e diferenciada constituem, desde logo, um entrave à investigação de tais fenómenos, devido, sobretudo, às exigências que estas investigações acarretam.

É comumente aceite a ideia de que as técnicas de investigação criminal tidas como tradicionais já não satisfazem as investigações. Por este motivo, o investigador criminal necessita de se especializar, aperfeiçoar e desenvolver em novas competências, técnicas e conhecimentos. Para tal, estes recursos humanos da PSP devem ser o resultado de um adequado processo de formação que, à semelhança do que acontece com a criminalidade, também deve ser dotado da dinâmica caracterizadora da sociedade, de forma a proporcionar-lhes as ferramentas necessárias para conduzir as investigações a níveis máximos de eficiência. Isto porque a atividade de IC é vista como uma técnica, que corresponde a um conjunto de procedimentos para atingir um determinado resultado, mas também como uma arte, porque varia consoante a habilidade e aptidão dos seus intervenientes.

A presente investigação centrou-se no estudo da formação profissional ministrada ao investigador criminal, com o objetivo de perceber se a formação disponibilizada satisfaz as necessidades reais da função. Através do estudo realizado concluímos que, de forma geral, a formação não se encontra adequada às exigências reais da investigação criminal, não obstante da elevada importância que esta revela na opinião dos inquiridos.

Apesar de todas as adaptações do quadro legislativo e da estrutura do sistema de investigação criminal na PSP, os atuais fenómenos criminais exigem estruturas organizacionais altamente especializadas, capazes de responder aos novos desafios criminais e que confirmem, às unidades orgânicas, autonomia na execução das investigações. Tal como explanado ao longo do presente trabalho, não faz qualquer sentido continuar a persistir na perseguição da criminalidade contemporânea utilizando metodologias inadequadas, casuísticas e sobretudo empíricas num combate profundamente desequilibrado. Nestas circunstâncias, impõe-se que os investigadores criminais se socorram na utilização sistemática de meios e regimes especiais de

investigação criminal, grande parte já disponíveis no ordenamento jurídico, mas que ainda não estão interiorizados nem consolidados na cultura jurídica, nem na experiência dos investigadores criminais. A investigação criminal apresenta-se, assim, enquanto atividade dispendiosa, em constante mutação requerendo, portanto, uma progressiva modernização.

Perante este cenário, entendemos que é essencial que os investigadores criminais estejam munidos de formação adequada nas diferentes áreas que se conjugam com as funções que desempenham. Com isto referimo-nos, portanto, não apenas às áreas ministradas no CIC e nas formações contínuas – teoria e metodologia da investigação criminal; instrução processual; depoimento e intervenção em tribunal; cooperação policial internacional; procedimentos técnicos para realização de buscas; análise de informações criminais; gestão do local do crime; ética e os direitos humanos; direito penal especial e o direito processual penal – mas também, a áreas como cibercrime e informática forense, lofoscopia, toxicologia, organizações criminosas, análise de imagens/ vídeos, balística, entregas controladas e ações encobertas. Estes constituem alguns dos âmbitos em que há carência de formação por parte da PSP e que se podem revelar como essenciais numa intervenção célere e eficaz do investigador criminal, quando necessita de resultados científicos, fiáveis e credíveis.

Na verdade, entendemos a razão pela qual os planos de formação do investigador criminal devem ser pensados, adaptados e alinhados com a própria dinâmica social e os seus avanços científicos e tecnológicos. Não podemos compactuar com processos de formação que não tenham a dimensão, motivação, mobilidade, adequabilidade e grau de sofisticação necessários à realização da tarefa de investigar. Não obstante, na impossibilidade da PSP ser autossuficiente na formação dos seus profissionais, nas mais distintas matérias, acreditamos que o trilho a percorrer passe por estabelecer as necessárias parcerias interinstitucionais, de modo a possibilitar a troca de conhecimentos, experiências e visões com outras entidades. Referimo-nos, desta forma, à necessidade de trazer a Academia à formação do investigador criminal ou, pelo contrário, levar o problema da investigação criminal à Academia e ser esta a capacitar o investigador do conhecimento técnico e científico de que necessita nas várias áreas do saber. Ainda que esta não seja uma estratégia comumente utilizada pela instituição, a evolução da criminalidade obriga a que a PSP evolua também de forma a conseguir apresentar respostas mais eficazes, dotadas de uma componente científica rigorosa, pelo que esta é uma necessidade premente que deve ser materializada na IC e, em concreto, na formação.

Tal como mencionado no presente estudo, a aposta na formação deve passar também pela criação de sinergias entre as diferentes valências da PSP, de modo a dotar estes profissionais de conhecimentos, competências e saber nas mais variadas áreas.

A presente investigação sugere que 62,3% (149) dos investigadores criminais não frequentaram qualquer formação, no âmbito da investigação criminal, depois de concluído o CIC. Destes inquiridos, 52 desempenham funções na investigação criminal entre 11 a 15 anos e 27 entre 1 e 5 anos, não se revelando qualquer tendência de quantidade de formações frequentadas em relação ao tempo a desempenhar funções na IC. Ainda assim, estes dados são indicadores de que a formação na investigação criminal não abrange todos os investigadores criminais, reforçando a ideia de que não existem critérios definidos para a escolha de quem frequenta a formação. Face a este contexto, entendemos que não é apenas essencial adaptar os conteúdos formativos à exigência da missão, mas também a quantidade de formações que deve abarcar todos os investigadores criminais.

Os resultados permitem ainda afirmar que existem correlações significativas entre as variáveis secundárias independentes (habilitações literárias, categoria policial, tempo a que desempenha funções na IC e Esquadra onde presta serviço) e a variável dependente perceção global dos inquiridos face à formação que receberam. A perceção global da formação engloba aspetos como a adequabilidade, quantidade de formações e matérias lecionadas e é uma perceção negativa que se situa na sua maioria entre os parâmetros de “nada adequado” e “pouco adequado”. O presente estudo permite aferir que quanto mais formação académica o inquirido possui, melhor a ideia formada sobre a formação de que é alvo, sendo os inquiridos pertencentes à categoria policial de oficial aqueles que possuem a perceção mais favorável. Os resultados permitem afirmar, igualmente, que são os investigadores criminais que desempenham funções há menos tempo na IC, que possuem a melhor perceção em relação à formação. A nossa pesquisa permitiu ainda perceber que a utilidade das formações varia face à EIC onde o investigador desempenha funções, daí que a perceção varie também na mesma medida, dado que a utilidade é uma variante da perceção global da formação. Neste contexto podemos acrescentar que a formação que é ministrada ao investigador criminal é entendida como um aspeto negativo, o que demonstra uma preocupação, por parte dos inquiridos, em frequentarem formações que vão ao encontro das exigências do serviço desempenhado.

Face aos resultados obtidos através da opinião dos inquiridos, podemos afiançar que existe uma preocupação nos sujeitos de aumentarem os seus conhecimentos e

qualificações profissionais, dado que 83,7% (200) destes classificam a formação do investigador criminal como muito importante. No entanto, estes profissionais exigem qualidade e, sobretudo, adequação às especificidades das funções que exercem. Estas conclusões vão ao encontro dos estudos que revelam a formação profissional de elevada importância para os recursos humanos das organizações policiais.

Atendendo aos resultados obtidos, entendemos que devem ser delineadas estratégias de formação que satisfaçam as necessidades e interesses não só dos investigadores criminais, como também da organização PSP. O estudo revela que a perceção global da formação é influenciada por diversas variáveis secundárias independentes. Desta forma, sugere-se que sejam concebidas políticas de formação que assentem; a) na adequação das ações de formação às funções que os formandos exercem; b) na diversidade de métodos e técnicas para transmissão dos conteúdos das formações; c) na aposta de parcerias interinstitucionais, sobretudo na Academia nas suas diversas vertentes; d) na diversificação dos trabalhos a desenvolver no decurso das ações de formação; e) na seleção criteriosa de conteúdos formativos, revelando-se a preocupação de serem ajustados à própria dinâmica criminal; f) na escolha de formandos atendendo as necessidades reais da missão de cada um; g) em dotar os investigadores criminais de conhecimentos também em áreas da ciência forense; h) em dotar os formandos de ferramentas necessárias à sua autoformação; i) em providenciar meios técnicos e científicos adicionais para a formação e atividade operacional da investigação criminal; j) na aposta em sinergias entre diversas valências da PSP; e, ainda l) no compromisso de assumir o dinamismo, proatividade e a eficiência que devem caracterizar os planos de formação.

Relativamente ao nosso estudo, apontamos como principal limitação a dificuldade em obter as respostas necessárias ao questionário aplicado, tendo sido necessário realizar diversas insistências. Não obstante as limitações que o trabalho apresenta, somos da opinião de que se trata de um objeto de estudo que merece ser aprofundado, pelo que se sugere a realização de estudos longitudinais que avaliem a perceção da formação, não apenas dos investigadores criminais do COMETLIS, como também dos restantes Comandos de Polícia, replicando o presente estudo. Seria igualmente pertinente enriquecer a escala de avaliação da perceção da importância da formação com outras variáveis dependentes, por exemplo questões motivacionais, que apreciassem, de forma mais exaustiva e pormenorizada a importância da formação para o investigador criminal. Propomos igualmente que sejam desenvolvidas investigações sobre a formação do

investigador criminal, através de estudos de caso, sobre outras polícias a nível mundial, por considerarmos que a partilha de informação e de experiência é profícua para o progresso da investigação criminal.

REFERÊNCIAS

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 20/02/2003 pesquisado em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/e4c9177530b2c36380256d08004e5d11>.

Afonso, C. F. N. L. D., Garcia, F. M. G. P. P., Lima, J. M. M. V., Monteiro, F. T., Piedade, J. C. L., Santos, L. A. B., Santos, R. J. R. P., Silva, J. C. V. F. & Silva, N. M. P. (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Instituto Universitário Militar, Lisboa.

Allison, P. D. (2002). Missing data - Quantitative applications in the social sciences. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 55(1) 193-196. DOI:10.1348/000711002159653

Amaral, R. M. M. (2010). *A Investigação Criminal na PSP: Que contributo para a missão da Polícia de Segurança Pública?* (Trabalho do Curso de Estratégia e Direção Policial, não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Antunes, M. A. F. (1985, outubro). Investigação Criminal: Uma perspetiva introdutória. *Polícia e Justiça*, pp. 4-8.

Azevedo, A. H. F. (2016). *Burlas Informáticas: Modos de Manifestação* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Universidade do Minho, Braga.

Braz, J. (2010). Um novo paradigma metodológico de investigação do crime organizado. In *2º Congresso de Investigação Criminal* (pp. 331 – 347). Coimbra: Edições Almedina.

Braz, J. (2020). *Investigação Criminal: a organização, o método e a prova. Os desafios na nova criminalidade*. Coimbra: Edições Almedina.

Brown, M. (2001). *Criminal Investigation: Law and Practice*. Woburn: Butterworth Heinemann.

Campenhoudt, L. V., Quivy, R. & Marquet, J. (2019). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Camara, P. B., Guerra, P. B., & Rodrigues, J. V. (2013). *Humanator XXI: Recursos Humanos E Sucesso Empresarial*. Lisboa: Dom Quixote.

Cardim, J. (1998). *Práticas de Formação Profissional*. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Cardim, J. C. (2012). *Gestão da Formação nas Organizações*. Lisboa: Grupo LIDEL.

Castro, I. M. V. P. (2016). *O contributo da Polícia Judiciária na Investigação Criminal e a Cooperação Policial* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Chanfana, A. (2011). *A importância da formação profissional na Polícia de Segurança Pública* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Algarve.

Chanfana, A., Quintas, H., & Cruz, J. P. (2000). *A importância da formação profissional na Polícia de Segurança Pública* (Documento de trabalho dos serviços da Comissão da União Europeia). Memorando sobre Aprendizagem ao longo da Vida. Bruxelas.

Circular n.º 8/87, de 21 de dezembro. *Procuradoria Geral da República*.

Circular n.º 9/99, de 15 de julho. *Procuradoria Geral da República*.

Clemente, P. J. L. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Governo Civil de Lisboa, Lisboa.

Comissão Interministerial para o Emprego [CIME] (2001). *Terminologia de Formação Profissional, Alguns Conceitos Base III*. Direção Geral do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.

Correia, E. & Pardal, L. A. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal.

Costa, M. I. P. (2018). *O instituto da Colaboração premiada – múltiplas visões* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Escola de Direito da Universidade do Minho, Braga.

Dantas, M. (2019, novembro 12). Aumentam as burlas no MB Way. PSP explica como se proteger. *Público*, retirado de <https://www.publico.pt/2019/11/12/sociedade/noticia/psp-regista-aumento-burlas-atraves-mb-way-1893423>

Darryl, P. & Rod, G. (2017). *Introduction to Criminal Investigation: Processes, Practices and Thinking*. New Westminster: Justice Institute of British Columbia.

Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. *Diário da República*, Série I -A, n.º 18, 234 – 252. Ministério da Justiça, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 275/2009, de 02 de outubro. *Diário da República*, Série I, n.º 192, 7139 – 7147. Ministério da Administração Interna, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. *Diário da República*, Série I -A, n.º 63, 1350 – 1416. Ministério da Justiça, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro. *Diário da República*, Série I, n.º 40, 617 – 699. Ministério da Justiça, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril. *Diário da República*, Série I -A, n.º 95, 2314 – 2316. Ministério da Administração Interna, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro. *Diário da República*, Série I, n.º 249, 5142 – (33) a 5142 (40). Ministério das Finanças, Lisboa.

Decreto Regulamentar n.º 26/2009, de 02 de outubro. *Diário da República*, Série I, n.º 192, 7147 – 7152. Ministério da Administração Interna, Lisboa.

Departamento de Formação [DF], Polícia de Segurança Pública (2008). Diretiva Base de Formação. NEP RH/DEPFORM/01/01. Direção Nacional, Lisboa.

Departamento de Operações [DO], Polícia de Segurança Pública (2000). Organização e Funcionamento das BAC, BIC e SIC no dispositivo da PSP. NEP OPSEG/DEPOP/04/02. Direção Nacional, Lisboa.

Despacho n.º 6158/2017, de 13 de julho. *Diário da República*, Série II, n.º 134, 14526 – 14529. Administração Interna – Polícia de Segurança Pública – Direção Nacional.

Direção Nacional [DN], Polícia de Segurança Pública (2016). Grandes Opções Estratégicas da PSP para 2017-2020. Direção Nacional, Lisboa.

Elias, L. M. A. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização* (Tese de Doutoramento, não publicada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- Elias, L. M. A. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna. Desafios e Prospetiva*. ISCPSI, Lisboa.
- Evans, C. (2009). *Criminal Investigations: Crime Scene investigation* [Adobe Digital Editions version]. ISBN-13: 978-0-7910-9405-1.
- Fernandes, T. E. (2001). *Recrutamento, selecção e formação no âmbito da investigação criminal: para uma melhor atuação das BAC, BIC, SIC e EIJ* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Ferreira, F. C. (2014). *A formação de ativos na PSP: o e-learning e o blended learning como modalidades complementares da formação contínua* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Universidade Aberta, Lisboa.
- Finger, M. (2001). *Adult Education at the Crossroads: Learning Our Way Out*. London: ZedBooks
- Fleury, A., & Fleury, M. (2001). *Gestão Estratégica do Conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências*. São Paulo: Atlas Editora.
- Flores, F. M. (2015). *Teoria da Investigação Criminal*. Alfragide: Casa das Letras.
- Fortin, M. F. (2003). *O Processo de Investigação – da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gabinete de Estudos e Planeamento [GEP], Polícia de Segurança Pública (2017). *Plano de Atividades 2017*. Direção Nacional, Lisboa.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gomes, T. S. C. (2018). *Investigação Criminal e Ciências Forenses: Novas Competências da Polícia de Segurança Pública* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Gonçalves, A. B. (2010). *A investigação criminal na nova estrutura orgânica da GNR* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Academia Militar, Lisboa.

Gonçalves, J. M. (2016). *A Investigação Criminal na Polícia de Segurança Pública e na Brigada Militar* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Grilo, F. N. (2012). *Protecção de Testemunhas no Crime Organizado* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

International Labour Organization [ILO] (1978). *Labour Administration Convention* (n.º150). Disponível em:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312295:NO

Júdice, J. M. (2004, novembro). A investigação criminal: juiz, MP o PJ?. *Revista da Ordem dos Advogados*, pp. 35-39.

Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling*. (3rd ed.). New York: The Guilford Press.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.

Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto. *Diário da República*, Série I- A, n.º 184, 3875 – 3878. Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 165, 6038 – 6042. Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 168, 6065 – 6074. Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 167, 6135 – 6141. Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º 93/99, de 14 de julho. *Diário da República*, Série I- A, n.º 162, 4386 – 4391. Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto. *Diário da República*, Série I, n.º 162, 4924 – 4928. Assembleia da República, Lisboa.

- Lopes, J. A. M. (2017). *Manual de gestão para a investigação criminal no âmbito da criminalidade organizada, corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes*. Lisboa: Instituto da Cooperação e da Língua.
- Lyman, M. D. (2011). *Criminal investigation: the art and the science* [Adobe Digital Editions version]. ISBN-13: 978-0-13-506057-5.
- Mannheim, H. (1984). *Criminologia Comparada* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matos, M. (2013). *O Direito Premial no Combate ao Crime de Corrupção* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Mendes, N. (2005). *A Investigação Criminal na PSP: Modelo atual e perspectivas de evolução* (Trabalho do Curso de Estratégia e Direção Policial, não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Momberger, D. C. (2005). Orientation Scolaire et Professionnelle, *Processus de formation et apprentissages tout au long de la vie* (pp. 177- 197).
- Moreira, M. J. M. (2011). *Recrutamento, selecção, formação e avaliação de desempenho na Polícia de Segurança Pública - repercussões na motivação, satisfação e desempenho* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Morôco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Software e Aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Morôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Moura, J. S. (2004). Prefácio. In Davin, João, *A Criminalidade Organizada Transnacional, a Cooperação Policial e Judiciária na U.E*. Coimbra: Edições Almedina.
- Neto, J. C. R. (1999). *Investigação Criminal: Enquadramento Global e Situação na Polícia de Segurança Pública* (Trabalho do Curso de Estratégia e Direção Policial, não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Nunes, L. (2010). O crime da globalização e a globalização do crime. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, n.º 7, pp. 402-410.

Nunes, R. M. (2015). *Garantias do Processo Penal Versus Meios de Obtenção de Prova. Das escutas telefónicas às ações encobertas e o registo de voz e de imagem* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Ochoa, D. J. A. (2010). *A busca de paradigma na Investigação Criminal no seio da PSP* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Oliveira, J. C. T. (2015). *Investigação no crime organizado: métodos ocultos de investigação a partir da actuação do agente infiltrado* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Universidade Lusíada, Porto.

Onofre, P. (2009). *Investigação Criminal: Modelo atual e perspectivas de evolução*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Parente, A. C. R. (2014). *A extensibilidade da competência própria dos OPC no inquérito, instrução e julgamento. O caso do n.º 3 do artigo 249.º do CPP* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Pestana, H. M. & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pimenta, J. A. B. (2012). *Formação Contínua de Polícias de Segurança Pública* (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre.

Polícia de Segurança Pública [PSP] (2009). Despacho n.º 20/GDN/2009. Departamento de Operações, Direção Nacional.

Pontes, A. C. (2014). *Ações Encobertas – As Declarações do Agente Encoberto em Audiência de Julgamento* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Portaria n.º 383/2008, de 29 de maio. *Diário da República*, Série I, n.º 103, 3015 – 3020. Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Administração Interna, Lisboa.

Portaria n.º 416/2008, de 11 de junho. *Diário da República*, Série I, n.º 111, 3394 – 3394. Ministério da Administração Interna, Lisboa.

Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 02 de abril. *Diário da República*, Série I -A, n.º 79, 2080 – 2129. Assembleia da República, Lisboa.

Rodrigues, A. M. (2002). *A fase preparatória do processo penal – tendências na Europa. O caso português*. Coimbra: Coimbra Editora.

Saraiva, N. M. S. (2018). *O processo de formação inicial para a integração do agente recém-formado: Estudo de caso do programa Field Training Officer* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica: Para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Serrano, A., & Fialho, C. (2003). *Gestão do Conhecimento. O novo paradigma das organizações*. Lisboa: Edições FCA.

Silva, G. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Silva, G. M. (2000). *Curso de Processo Penal*. Lisboa: Edições Verbo.

Silva, M. A. M. (2005). *Prevenção criminal, investigação criminal, reposição da ordem pública e a sua relevância na gestão de incidentes tático-policiais* (Trabalho do Curso de Direção e Estratégia Policial, não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Silva, R. M. M. (2015). *Serão as práticas policiais adequadas a uma resposta imediata ao crime?* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Braga.

Sintra, A. (2014). Técnicas Especiais de Investigação Criminal: fator de segurança. *Política Internacional e Segurança*, n.º 4, pp. 171 - 191. Retirado de <http://hdl.handle.net/11067/1006>

Soares, P. (2014). *Meios de obtenção de prova no âmbito das medidas cautelares e de polícia*. Coimbra: Edições Almedina.

Sousa, C. A. C. (2014). *A Formação de Oficiais de Polícia: uma perspectiva custo-benefício* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Sousa, S. M. F. (2019). *Tráfico internacional de estupefacientes. Portugal e Espanha como portas de entrada na Europa - As «entregas controladas» como estratégia conjunta na investigação criminal* (Dissertação de Mestrado, não publicada). Departamento de Direito do Instituto Jurídico Portucalense, Porto.

Ter, H. J., Van B. M., Van V. D., & Vinter, E. (2005). *Palette for teachers, learning methods for use*. Ubbergen: Tandem Felix Publishers.

Torres, J. M. (2006, outubro). Investigação Criminal de Proximidade. *Polícia Portuguesa*, pp. 27-30.

Valente, M. M. (2000, março-abril). A Investigação Criminal como motor de Arranque do Processo Penal. *Revista da Polícia Portuguesa*, II série (122), pp. 2-5.

Valente, M. M. (2010). *Processo Penal Tomo I*. Coimbra: Edições Almedina.

Valente, M. M. G. (2006). *Regime Jurídico da Investigação Criminal. Comentado e Anotado*. Coimbra: Edições Almedina.

Valente, M. M. G. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Edições Almedina.

Verdelho, P. (2009). Phishing e outras formas de defraudação nas redes de comunicação. In *Direito da Sociedade da Informação – Vol. VIII*. Associação Portuguesa do Direito Intelectual: Coimbra Editora.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

APÊNDICES

Apêndice A - Pedido de autorização para aplicação do questionário

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIREÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de
Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 67/SECDE/2020

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE201900001ASP

Data: 2020-02-24

Autorizado.

28.02.2020

Adão Filipe Vieira
Superintendente-Chefe

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Cláudia Raquel Rodrigues Amorim irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Formação do investigador criminal: da exigência processual à permanente capacitação de competências", do qual é orientador o Sr. Superintendente Luís Elias e coorientador o Comissário Lourenço Pimentel.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de um Inquérito por Questionário, em anexo, ao efetivo policial das Esquadras de Investigação Criminal (EIC/DIC) nas Divisões Integradas e Destacadas do Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa, nomeadamente ao efetivo das seguintes esquadras:

- 1ª Esquadra de Investigação Criminal;
- 2ª Esquadra de Investigação Criminal;
- 3ª Esquadra de Investigação Criminal;
- 4ª Esquadra de Investigação Criminal;
- 5ª Esquadra de Investigação Criminal;
- Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial da Amadora;
- Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Cascais;
- Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Loures;
- Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Oeiras;
- Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Sintra;
- Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Vila Franca de Xira.

4. Mais se solicita a V.ª Ex.ª autorização para acesso ao número do efetivo policial, por categoria (Oficial, Chefe e Agente) das seguintes esquadras:

- 1ª Esquadra de Investigação Criminal;
- 2ª Esquadra de Investigação Criminal;



R. 1.ª de Maio, n.º 3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213616535 www.icpsi.pt

icpsi@psp.pt

147458
Página 1/2

Apêndice B - Questionário aplicado

Formação do Investigador Criminal: Da exigência processual à permanente capacitação de competências

O presente questionário foi elaborado no desenvolvimento de uma investigação para elaboração de uma Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), subordinada ao tema “Formação do Investigador Criminal: Da exigência processual à permanente capacitação de competências”, sob orientação do Sr. Superintendente, Prof. Doutor Luís Elias e do Sr. Comissário, Mestre Lourenço Pimentel.

O questionário, tem como objetivo perceber de que forma é percebida a formação profissional oferecida pela PSP aos investigadores criminais afetos ao Sistema de Investigação Criminal, nomeadamente, nas Esquadras de Investigação Criminal (EIC) das Divisões Policiais Destacadas e Integradas do Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa.

Neste sentido, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do questionário, que tomará cerca de 5 minutos do seu tempo.

Todos os dados recolhidos são anónimos e serão apenas usados em estudos de âmbito académico, assegurando-se a sua confidencialidade. Os dados obtidos serão tratados através métodos estatísticos.

Responda com sinceridade e de forma individual a todas as perguntas de acordo com a sua opinião e experiência profissional. Não existem respostas certas ou erradas e ninguém será avaliado pelas suas respostas. Deverá seleccionar, para cada questão, a resposta que considere mais válida.

Caso tenha alguma dúvida quanto ao preenchimento do questionário, poderá contactar o autor através do email: ccramorim@psp.pt Obrigada pela colaboração!

A Aspirante a Oficial de Polícia,
Cláudia Raquel Rodrigues Amorim
M/156431

***Obrigatório**

Termo de consentimento informado:

«Li e compreendi a informação fornecida sobre o questionário que integra a presente investigação sobre “Formação do Investigador Criminal: Da exigência processual à permanente capacitação de competências” e concordo em responder voluntariamente a este questionário»

1. Consentimento *

Marcar apenas uma oval.

☐

Concordo

☐

Não concordo

PARTE 1- DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

☐

Menos de 21 anos

☐

21 - 30

☐

31- 40

☐

41- 50

☐

Mais de 50 anos

3. Género *

Marcar apenas uma oval.

☐

Masculino

☐

Feminino

4. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|-----------------------|----------------------------|
| <input type="radio"/> | Solteiro(a) |
| <input type="radio"/> | Casado(a)/ União de facto |
| <input type="radio"/> | Divorciado(a)/ Separado(a) |
| <input type="radio"/> | Viúvo(a) |

5. Habilitações Literárias *

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|-----------------------|-------------------|
| <input type="radio"/> | Ensino Básico |
| <input type="radio"/> | Ensino Secundário |
| <input type="radio"/> | Ensino Superior |

PARTE 2- CARACTERIZAÇÃO POLICIAL

6. Categoria Policial *

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|-----------------------|--------------------|
| <input type="radio"/> | Agente de Polícia |
| <input type="radio"/> | Chefe de Polícia |
| <input type="radio"/> | Oficial de Polícia |

7. Há quanto tempo desempenha funções na Polícia de Segurança Pública? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Entre 1 a 5 anos
- ☐ Entre 6 a 10 anos
- ☐ Entre 11 a 15 anos
- ☐ Entre 16 a 20 anos
- ☐ Mais de 21 anos

8. Há quanto tempo desempenha funções de investigador criminal? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Entre 1 a 5 anos
- ☐ Entre 6 a 10 anos
- ☐ Entre 11 a 15 anos
- ☐ Entre 16 a 20 anos
- ☐ Mais de 21 anos

9. Escolha a Esquadra de Investigação Criminal na qual presta serviço: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da 1ª Divisão Policial do COMETLIS
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da 2ª Divisão Policial do COMETLIS
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da 3ª Divisão Policial do COMETLIS
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da 4ª Divisão Policial do COMETLIS
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da 5ª Divisão Policial do COMETLIS
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial da Amadora
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Cascais
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Loures
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Oeiras
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Sintra
- ☐ Esquadra de Investigação Criminal da Divisão Policial de Vila Franca de Xira

10. Função *

Se selecionar a opção "outra" indique qual

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Brigada de Investigação Criminal (BIC)
- ☐ Brigada de Prevenção Criminal (BPC)
- ☐ Brigada de Serviço Permanente (BSP)
- ☐ Equipa de Apoio
- ☐ Função de Comando
- ☐ Unidade Local de Informações Criminais
- ☐ Outra:

PARTE 3- AÇÕES DE FORMAÇÃO

- 11. Já frequentou alguma ação de formação ministrada pela Polícia de Segurança Pública, enquanto investigador criminal? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

- 12. Quantas formações, ao nível da investigação criminal, frequentou desde que terminou o curso de investigação criminal? ***

Caso não tenha frequentado um curso de investigação criminal considere o tempo decorrido desde que assumiu funções de investigador criminal.

- 13. A(s) formação(ões), que já frequentou, ministradas pela Polícia de Segurança Pública foram por iniciativa própria ou foi nomeado para o efeito? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|-----------------------|--------------------|
| <input type="radio"/> | Iniciativa Própria |
| <input type="radio"/> | Nomeado |
| <input type="radio"/> | Ambas as situações |
| <input type="radio"/> | Nenhuma |

- 14. Considera que a(s) formação(ões) que tem frequentado têm utilidade nas funções que desempenha? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|-----------------------|---------------|
| <input type="radio"/> | Nunca |
| <input type="radio"/> | Poucas vezes |
| <input type="radio"/> | Algumas vezes |
| <input type="radio"/> | Muitas vezes |
| <input type="radio"/> | Sempre |

- 15. Costuma aplicar os conhecimentos adquiridos na(s) formação(ões) no desempenho das suas funções? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|-----------------------|---------------|
| <input type="radio"/> | Nunca |
| <input type="radio"/> | Poucas vezes |
| <input type="radio"/> | Algumas vezes |
| <input type="radio"/> | Muitas vezes |
| <input type="radio"/> | Sempre |

16. Sempre que surge uma formação mostra interesse em frequentá-la? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

17. Costuma frequentar ações de formação em que o objetivo seja melhorar as competências ao nível das funções que desempenha? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nunca
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre

18. Que importância atribui à formação dada aos investigadores criminais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Razoavelmente importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Nada importante

19. De entre as opções indique aquela(s) em que sente necessidade de formação:

*

Se seleccionar a opção "outra" indique qual(ais)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Análise de informações criminais
- ☐ Área jurídico-penal
- ☐ Cibercriminalidade
- ☐ Técnicas de entrevista e interrogatório e intervenção em tribunal
- ☐ Pesquisa encoberta de informação
- ☐ Técnicas de Intervenção Policial
- ☐ Tiro
- ☐ Não sinto necessidade de formação em nenhuma área

Outra: ☐ _____

**PARTE 3-
AÇÕES DE
FORMAÇÃO**

Tendo em conta os parâmetros (1=Nada Adequado, 2=Pouco Adequado, 3=Adequado, 4=Muito Adequado, 5=Bastante Adequado) responda às seguintes questões.

20. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Qual a sua opinião acerca da adequabilidade das ações de formação às funções que exerce?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As técnicas e os métodos pedagógicos que os formadores utilizam adequam-se à compreensão dos conteúdos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Considera que, globalmente, os formadores são competentes, nomeadamente, nos temas que ministram?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Como classifica as técnicas que o formador utiliza para avaliar as ações de formação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qual a sua opinião em relação às matérias lecionadas nas ações de formação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qual a sua opinião no que respeita ao número de formações que teve, enquanto investigador criminal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Enquanto investigador criminal, como classifica a formação em relação à exigência processual?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Como considera a formação que lhe foi ministrada enquanto investigador criminal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Como define a sua autoformação, especialmente em áreas em que a PSP não fornece essa formação?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Google Formulários

Apêndice C – Estatísticas descritivas

Tabela 22 - Estatísticas descritivas dos fatores estado civil, habilitações literárias e categoria policial.

		Idade	Gênero	Estado Civil	Habilitações Literárias	Categoria Policial
N	Válido	239	239	239	239	239
	Omisso	0	0	0	0	0
Média				1,97	2,04	1,16
Assimetria				-,249	4,605	2,851
Erro de assimetria padrão				,157	,157	,157
Curtose				3,022	19,372	7,537
Erro de Curtose padrão				,314	,314	,314
Mínimo				1	2	1
Máximo				3	3	3

Tabela 23 - Estatísticas descritivas dos fatores tempo na PSP, tempo na IC, EIC e função.

		Tempo na PSP	Tempo na IC	EIC	Função
N	Válido	239	239	239	239
	Omisso	0	0	0	0
Média		3,70	3,00	6,14	2,39
Assimetria		-,429	-,101	-,120	1,951
Erro de assimetria padrão		,157	,157	,157	,157
Curtose		-,711	-,915	-1,181	4,133
Erro de Curtose padrão		,314	,314	,314	,314
Mínimo		1	1	1	1
Máximo		5	5	11	12

Tabela 24 - Estatísticas descritivas dos fatores frequência, quantidade, iniciativa, utilidade e aplicação.

		Frequência	Quantidade	Iniciativa	Utilidade	Aplicação
N	Válido	239	239	239	239	239
	Omisso	0	0	0	0	0
Média		1,52	,74	3,00	2,46	2,51
Assimetria		-,093	1,861	-,080	,384	,316
Erro de assimetria padrão		,157	,157	,157	,157	,157
Curtose		-2,008	3,130	-1,811	-1,358	-1,412
Erro de Curtose padrão		,314	,314	,314	,314	,314
Mínimo		1	0	1	1	1
Máximo		2	6	4	5	5

Tabela 25 - Estatísticas descritivas dos fatores interesse, objetivo, importância, áreas e adequabilidade.

		Interesse	Objetivo	Importância	Áreas	Adequabilidade
N	Válid	239	239	239	239	239
	Omis	0	0	0	0	0
Média		3,31	2,19	1,20	3,41	2,38
Assimetria		-,396	,873	2,426	,721	,502
Erro de assimetria padrão		,157	,157	,157	,157	,157
Curtose		-1,005	-,587	5,223	-,045	-1,091
Erro de Curtose padrão		,314	,314	,314	,314	,314
Mínimo		1	1	1	1	1
Máximo		5	5	3	12	5

Tabela 26 - Estatísticas descritivas dos fatores quantidade, classificação, avaliação, autoformação e somatório.

	Quantidade	Classificação	Avaliação	Autoformação	Somatório
N					
Válido	239	239	239	239	239
Omisso	0	0	0	0	0
Média	1,62	1,86	2,08	2,85	20,27
Assimetria	1,385	,990	,593	-,169	,309
Erro de assimetria padrão	,157	,157	,157	,157	,157
Curtose	1,249	,092	-,838	-,643	-1,149
Erro de Curtose padrão	,314	,314	,314	,314	,314
Mínimo	1	1	1	1	9
Máximo	5	5	5	5	45

Apêndice D – Caracterização Sociodemográfica e Policial da Amostra

Tabela 27 - Caracterização Sociodemográfica e Policial da amostra (n=239).

Caracterização Sociodemográfica e Policial da Amostra			
Variável		Frequência	Porcentagem
Género	Masculino	224	94
	Feminino	15	6
Idade	Menos de 21 anos	0	0
	Entre 21 e 30 anos	14	5,9
	Entre 31 e 40 anos	86	36
	Entre 41 e 50 anos	108	45,2
	Mais de 50 anos	31	13
Estado Civil	Solteiro(a)	24	10
	Casado(a)/ União de facto	199	83,3
	Divorciado(a)/ Separado(a)	16	6,7
	Viúvo(a)	0	0
Habilitações Literárias	Ensino Básico	0	0
	Ensino Secundário	229	95,8
	Ensino Superior	10	4,2
Categoria Policial	Agente de Polícia	208	87,1
	Chefe de Polícia	23	9,6
	Oficial de Polícia	8	3,3
Tempo que desempenha funções na PSP	Entre 1 a 5 anos	6	2,5
	Entre 6 a 10 anos	31	13
	Entre 11 a 15 anos	62	25,9
	Entre 16 a 20 anos	70	29,3
	Mais de 21 anos	70	2,3
Tempo que desempenha funções na IC	Entre 1 a 5 anos	31	15,5
	Entre 6 a 10 anos	42	17,6
	Entre 11 a 15 anos	73	30,5
	Entre 16 a 20 anos	57	23,8
	Mais de 21 anos	30	12,6
Função	BIC	121	50,6
	BPC	42	17,6
	BSP	26	10,9
	Equipa de Apoio	16	6,7
	Função de Comando	10	4,2

Unidade Local de Informações Criminais	13	5,4
Inquéritos	3	1,3
Coordenação	6	2,9
Investigador em crimes de violência doméstica	1	0,4

Apêndice E – Estatística descritiva da variável percepção global da formação*Tabela 28 - Somatório da percepção global da formação*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	9	19	7,9	7,9	7,9
	10	15	6,3	6,3	14,2
	11	23	9,6	9,6	23,8
	12	29	12,1	12,1	36,0
	13	6	2,5	2,5	38,5
	14	6	2,5	2,5	41,0
	15	5	2,1	2,1	43,1
	16	1	,4	,4	43,5
	17	2	,8	,8	44,4
	18	9	3,8	3,8	48,1
	19	2	,8	,8	49,0
	20	3	1,3	1,3	50,2
	21	3	1,3	1,3	51,5
	22	8	3,3	3,3	54,8
	23	7	2,9	2,9	57,7
	24	7	2,9	2,9	60,7
	25	10	4,2	4,2	64,9
	26	11	4,6	4,6	69,5
	27	13	5,4	5,4	74,9
	28	11	4,6	4,6	79,5
	29	9	3,8	3,8	83,3
	30	6	2,5	2,5	85,8
	31	5	2,1	2,1	87,9
	32	3	1,3	1,3	89,1
	33	8	3,3	3,3	92,5
	34	5	2,1	2,1	94,6
	35	3	1,3	1,3	95,8
	36	3	1,3	1,3	97,1
	37	4	1,7	1,7	98,7
	39	1	,4	,4	99,2
	41	1	,4	,4	99,6
	45	1	,4	,4	100,0
	Total	239	100,0	100,0	

Apêndice F – Ações de Formação

Tabela 29 – Resultados obtidos em relação às ações de formação

Ações de Formação			
Variável		Frequência	Porcentagem
Já frequentou ações de formação ministradas pela PSP	Sim	114	47,7
	Não	125	52,3
Quantidade de formações frequentadas depois de concluído o CIC	0	149	62,3
	1	43	18
	2	24	10
	3	10	4,2
	4	9	3,7
	5	3	1,3
	6	1	0,4
Formação por iniciativa própria ou por nomeação	Iniciativa própria	3	1,3
	Nomeado	106	44,4
	Ambas as situações	18	7,5
	Nenhuma	112	46,9
Utilidade das formações frequentadas	Nunca	107	44,8
	Poucas vezes	14	5,9
	Algumas vezes	48	20,1
	Muitas vezes	40	16,7
	Sempre	30	12,6
Aplicação dos conhecimentos adquiridos	Nunca	101	42,3
	Poucas vezes	19	7,9
	Algumas vezes	43	18
	Muitas vezes	48	20,1
	Sempre	28	11,7
Interesse em frequentar a formação	Nunca	38	15,9
	Poucas vezes	26	10,9
	Algumas vezes	65	27,2
	Muitas vezes	55	23
	Sempre	55	23
Costuma frequentar formações com o objetivo de melhorar competências	Nunca	111	46,4
	Poucas vezes	47	19,7
	Algumas vezes	33	13,8
	Muitas vezes	20	8,4
	Sempre	28	11,7

Importância atribuída à formação	Nada importante	0	0
	Pouco importante	0	0
	Razoavelmente importante	8	3,3
	Importante	31	13
	Muito importante	200	83,7
Adequabilidade das ações de formação	Nada adequado	100	42
	Pouco adequado	30	12
	Adequado	52	22
	Muito adequado	33	14
	Bastante adequado	24	10
Técnicas e métodos dos formadores	Nada adequado	87	36
	Pouco adequado	34	14
	Adequado	69	29
	Muito adequado	44	19
	Bastante adequado	5	2
Competência dos formadores	Nada adequado	91	38
	Pouco adequado	26	11
	Adequado	57	24
	Muito adequado	56	23
	Bastante adequado	9	4
Técnicas do formador para avaliar a formação	Nada adequado	95	40
	Pouco adequado	23	10
	Adequado	64	27
	Muito adequado	54	22
	Bastante adequado	3	1
Matérias lecionadas	Nada adequado	89	37
	Pouco adequado	34	14
	Adequado	71	30
	Muito adequado	39	16
	Bastante adequado	6	2
Quantidade de formações	Nada adequado	141	59
	Pouco adequado	61	25
	Adequado	25	10
	Muito adequado	11	5
	Bastante adequado	1	1
Classificação da formação em relação à exigência processual	Nada adequado	121	50
	Pouco adequado	54	23
	Adequado	45	19
	Muito adequado	15	6

	Bastante adequado	4	2
Classificação global acerca da formação ministrada	Nada adequado	109	46
	Pouco adequado	37	16
	Adequado	63	26
	Muito adequado	25	10
	Bastante adequado	5	2
Autoformação	Nada adequado	34	14
	Pouco adequado	46	19
	Adequado	91	38
	Muito adequado	57	24
	Bastante adequado	11	5

Apêndice G – Estatísticas descritivas da variável somatório das necessidades*Tabela 30 – Resultados obtidos em relação às necessidades de formação.*

Áreas em que há necessidade de formação		
	Frequência	Porcentagem
Análise de informações criminais	147	61,5
Área jurídico-penal	130	54,5
Cibercriminalidade	120	50,2
Técnicas de entrevista e interrogatório e intervenção em tribunal	135	56,5
Pesquisa encoberta de informação	113	47,3
Técnicas de Intervenção Policial	79	33,1
Tiro	48	20,1
Vigilâncias	11	4,6
Condução	5	2,1
Estupefacientes / drogas	3	1,3
Seguimentos	3	1,3
Fotografia criminal	3	1,3
CPP	2	0,8
OSINT- Pesquisas	1	0,4
Branqueamento de capitais	1	0,4
Inglês	1	0,4
Inteligência policial	1	0,4
CP	1	0,4

Intervenção operacional e intervenções técnicas	1	0,4
Transmissão do saber adquirido	1	0,4
Gestão do local do crime	1	0,4
Psicologia	1	0,4
Bases de dados e ferramentas de informação e cooperação policial	1	0,4
Direito Internacional	1	0,4
EUROPOL e INTERPOL	1	0,4
Gestão de inquéritos	1	0,4
Crime investigado	1	0,4

Tabela 31 - Dados estatísticos da variável total de necessidades.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	58	24,3	24,3	24,3
	2	42	17,6	17,6	41,8
	3	40	16,7	16,7	58,6
	4	28	11,7	11,7	70,3
	5	23	9,6	9,6	79,9
	6	19	7,9	7,9	87,9
	7	24	10,0	10,0	97,9
	8	3	1,3	1,3	99,2
	9	1	,4	,4	99,6
	12	1	,4	,4	100,0
	Total	239	100,0	100,0	